



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

GLEND A DA ROCHA MONTEIRO

**REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS E
BIBLIOTECAS:** uma reflexão a respeito dos elementos descritivos
das Normas ISAD (G) e AACR2.

BELÉM
2020

GLEND A DA ROCHA MONTEIRO

**REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS E
BIBLIOTECAS: uma reflexão a respeito dos elementos descritivos
das Normas ISAD (G) e AACR2**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação-PPGCI, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas-ICSA, da Universidade Federal do Pará- UFPA, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Organização da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros.

BELÉM
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M772r Monteiro, Glenda da Rocha
Representação da informação em Arquivos e Bibliotecas : uma
reflexão a respeito dos elementos descritivos das Normas ISAD (G)
e AACR2. / Glenda da Rocha Monteiro. — 2020.
70 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

1. Representação da Informação. 2. Representação
Arquivística. 3. Representação em Bibliotecas. 4. Descrição.
5. Catalogação. I. Título.

CDD 025

GLEND A DA ROCHA MONTEIRO

REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS E BIBLIOTECAS: uma reflexão a respeito dos elementos descritivos das Normas ISAD (G) e AACR2.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação- PPGCI, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas- ICSA, da Universidade Federal do Pará- UFPA, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

DATA DA AVALIAÇÃO: 24 / 03 / 2020.

CONCEITO:_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros
(Orientador- UFPA/ UFRGS)

Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa
(Examinador Externo- UNB)

Prof.^a Dr.^a Natália Bolfarini Tognoli
(Examinadora Externa- UFF)

Aos meus cinco amores que com tanto carinho e afeto me apoiam e me incentivam a voar cada vez mais alto: Jociel, Wal, Lucélia, Jhonny e Davi.

Eu amo vocês imensamente!

AGRADECIMENTOS

Olhando para a trajetória que trilhei nos últimos dois anos, só existe em meu coração o sentimento de alegria e gratidão por chegar até este presente momento. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus pelo seu infinito amor e cuidado expressos nesta jornada pelas pessoas amorosas, palavras de incentivo e sorrisos que conheci, convivi e recebi durante a elaboração desta dissertação. Estas bênçãos me foram dadas como meio de tornar a caminhada mais leve e tranquila, dissipando o medo e a vontade de desistir nos momentos difíceis.

Agradeço a minha Família: pai, mãe, madrasta, meu irmãozinho e meu noivo (que quando esta dissertação for apresentada já será meu esposo) por me incentivarem sempre e me apoiarem emocionalmente, espiritualmente em toda a trajetória desta dissertação. O Amor de vocês é meu combustível para sonhar e realizar.

Outra pessoa a quem eu devo agradecimentos, além de minha admiração e alegria em compartilhar esta pesquisa, é a meu orientador, Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros. Pois, desde o PIBIC/ UFPA acredita em meu potencial acadêmico, me incentiva a olhar mais longe e apesar das mudanças e da distância física recente, me orientou em todo este processo. Grata por toda paciência, alegria, amizade e conhecimentos partilhados.

Agradeço também ao Prof. Gilberto Cândido pelo incentivo desde a graduação para ingressar no mestrado, por me ajudar com a elaboração de meu projeto de pesquisa, por me convidar para participar de bancas de trabalho de conclusão de graduação e me receber em suas aulas de Diplomática para o cumprimento da atividade de Estágio em Docência. Grata pelo partilhar de momentos tão significativos para mim e pela amizade.

Gostaria de agradecer a minha banca Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa e Prof.^a Dr.^a Natália Bolfarini Tognoli por tão gentilmente aceitarem participar da avaliação de meu trabalho e pelas considerações a respeito do mesmo, obrigada pela disposição.

Assim também, agradeço a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - UFPA e a Secretaria deste por sempre estarem dispostos a ajudar e a elucidar as dúvidas e os entraves ocorridos durante minha estadia no programa. Também agradeço a Universidade Federal do Pará pelo acolhimento e a CAPES pelo auxílio financeiro disposto a mim durante parte da trajetória deste trabalho.

Aos meus amigos e companheiros de turma, agradeço por dividirem comigo durante estes dois anos experiências, sorrisos, palavras de incentivo e muitos momentos dentro e fora de sala de aula que com certeza serão lembrados sempre com muito carinho e alegria.

Grata por tudo que tive a chance de vivenciar até aqui!

RESUMO

A presente pesquisa aborda a temática da representação da informação em Arquivos e Bibliotecas a partir da análise dos elementos descritivos apontados nas normas ISAD (G) e no primeiro capítulo do AACR2. A pergunta pilar para a elaboração desta pesquisa é: as normas de descrição arquivística e de catalogação de bibliotecas dialogam no que concerne ao processo descritivo? Partindo desta pergunta o objetivo geral deste trabalho é identificar e apresentar os pontos convergentes e divergentes da representação da informação nos arquivos e nas bibliotecas com base nas normas de descrição arquivística e de catalogação em biblioteca. Tem-se também por objetivos específicos apresentar a descrição arquivística e a representação da informação em bibliotecas enquanto processos de representação; categorizar os elementos descritivos encontrados na ISAD (G) e no AACR2 e fazer a comparação entre estes elementos. Este trabalho observa em especial, os itens descritivos apresentados pelos dois manuais de acordo com as categorias estabelecidas por meio da Análise de Conteúdo, metodologia estabelecida para o desenvolvimento da análise das duas normas. Percebe-se dentro do contexto apresentado, a trajetória dos processos de descrição e de catalogação até a concepção dos princípios considerados fundamentais para a elaboração das normas reconhecidas internacionalmente e também nota-se que a Representação da informação em Arquivos e em Bibliotecas está atrelada a processos que demandam trabalho intelectual dos profissionais envolvidos e apresentam como objetivos principais a possibilidade de organização e acesso à informação. A Análise das Normas demonstra os aspectos a respeito dos textos de cada uma delas, indo do contexto geral de ambas até os itens descritivos pontualmente encontrados e os relaciona dentro das categorias estabelecidas, destacando as semelhanças de elementos tidos como essenciais para o desenvolvimento de descrições. Por fim, considera que as duas áreas dialogam tanto no quesito de processos quanto nos parâmetros estruturais de conteúdo a serem aplicados por suas normas descritivas e o que devem transparecer em seus resultados.

Palavras-chave: Representação da Informação. Representação Arquivística. Representação em Bibliotecas. Descrição. Catalogação.

ABSTRACT

This research addresses the theme of information representation in Archives and Libraries from the analysis of the descriptive elements pointed out in the ISAD (G) standards and in the first chapter of AACR2. The main question for the elaboration of this research is: do the standards for archival description and cataloging of libraries dialogue with respect to the descriptive process? Based on this question, the general objective of this work is to identify and present the convergent and divergent points of information representation in archives and libraries based on the rules of archival description and library cataloging. Specific objectives are also to present the archival description and the representation of information in libraries as representation processes; categorize the descriptive elements found in ISAD (G) and AACR2 and compare these elements. This work observes, in particular, the descriptive items presented by the two manuals according to the categories established through Content Analysis, a methodology established for the development of the analysis of the two standards. It can be seen within the context presented, the trajectory of the description and cataloging processes until the conception of the principles considered fundamental for the development of internationally recognized standards and it is also noted that the Representation of information in Archives and Libraries is linked to processes which demand intellectual work from the professionals involved and have as their main objectives the possibility of organization and access to information. The Analysis of the Standards demonstrates the aspects regarding the texts of each one, going from the general context of both of them to the descriptive items occasionally found and lists them within the established categories, highlighting the similarities of elements considered essential for the development of descriptions. Finally, it considers that the two areas dialogue both in terms of processes and in the structural parameters of content to be applied by their descriptive standards and what should be reflected in their results.

Keywords: Information Representation. Archival Representation. Representation in Libraries. Description. Cataloging.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Categorias de acordo com elementos da ISAD (G). e do AACR2	21
Quadro 2-	Linhas Teórica de Tratamento Temático da Informação	39
Quadro 3-	Comparativo entre os aspectos gerais da ISAD (G) e AACR2	52
Quadro 4-	Áreas de elementos de descrição do AACR2	53
Quadro 5-	Demonstrativo de indicadores equivalentes ISAD (G) e AACR2.....	56

LISTA DE SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
AN	Arquivo Nacional
APPM	Archives Personal Pappers and Manuscripts
BRAPCI	Base de Dado em Ciência da Informação
CCA	Conselho Canadense de Arquivos
CCAD	Comitê Canadense de Descrição de Arquivamento
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
FRBR	Functional Requirements for bibliographic Records
IFLA	International Federation of Library Associations
ISAAR (CPF)	International Standard Archival
ISAD (G)	General International Standard Archival Description
ISBD	International Standard Bibliographic Description
ISBN	International Standard Book Number
ISDF	International Standard for Describing Functions
ISDIAH	International Standard for Describing Institutions wiht Archival Holdings
ISSN	International Standard Serial Number
ISKO	International Society for Knowledge
MAD	Manual of Archival Description
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição
RAD	Rules for Archival Description
RDA	Resource Description e Access
SOC	Sistemas de Organização do Conhecimento
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
TTI	Tratamento Temático da Informação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Exemplo de utilização do indicador Material adicional da área da descrição física	58
Figura 2-	Exemplo de Indicador com mais de uma regra AACR2 (Categoria Estrutura)	61
Figura 3-	Exemplo de Indicador com mais de uma regra AACR2 (Categoria Identificação)	62
Figura 4-	Exemplo de indicador apresentado pela ISAD (G) (Categoria Acesso e uso)	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Demonstrativo de número de indicadores por categoría	59
------------	--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	METODOLOGIA	18
2.1	Organização da análise	20
2.2	Categorização	20
2.3	Inferência	22
3	REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA	24
3.1	A Classificação Arquivística enquanto um processo de representação	26
3.2	Trajetória da descrição arquivística: aspectos teóricos- metodológicos	28
3.2.1	Normalização da descrição arquivística	32
3.2.2	<i>A Rules for Archival Description (RAD)</i>	35
3.3	ISAD (G)	36
4	REPRESENTAÇÃO EM BIBLIOTECAS	39
4.1	Catálogo	42
4.1.1	AACR2.....	45
5	ANÁLISE DA ISAD (G) E AACR2: resultados	48
5.1	Análise dos itens descritivos na ISAD (G) e AACR2	55
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
	REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

No contexto da informação, Arquivos e Bibliotecas apresentam em seu cerne objetos de estudos diferentes e trajetórias científicas distintas, porém possuem em comum o aspecto de serem instituições responsáveis por recolher, adquirir e gerir acervos informacionais e assim, garantir acesso a documentos, informação e conhecimento. Contudo, para que os serviços de acesso, recuperação e uso da informação estejam disponíveis ao público, existe uma série de ações de processamento técnico realizados por bibliotecários e arquivistas para proporcionar a organização da informação e a sua representação.

Entre os procedimentos que compõe a ação de representar na Arquivologia estão as funções de classificação e de descrição, e na Biblioteconomia tem-se o tratamento temático da informação e o tratamento descritivo. Estas funções estão atreladas a uma das duas facetas da representação da informação: a representação descritiva que se atém aos aspectos físicos dos itens ou a representação temática, que por sua vez, trata do conteúdo do documento.

Para que tais funções sejam desenvolvidas, tanto na Arquivologia quanto na Biblioteconomia, observa-se a existência de peculiaridades relativas a dois pontos: o objeto tratado pela área e a forma de entrada do documento na instituição que o custodia.

No que se refere aos objetos tratados pelas áreas, o foco está na natureza do objeto e em seu tratamento. No caso da Biblioteconomia, por exemplo, seu objeto é na maioria das vezes de caráter independente, ou seja, são tratados de formas independentes, cada objeto é único. Já a Arquivologia trata seu objeto, o documento de arquivo, tendo em vista os conjuntos documentais, ou seja, cada documento tem relação com outros documentos e é visto como parte de um todo.

O outro ponto leva em conta as peculiaridades que diferenciam como estes materiais são produzidos e custodiados pelas instituições. Nos arquivos, grande parte dos documentos são gerados pela própria instituição ou são recolhidos de instituições relacionadas a entidade de custódia. Enquanto os documentos de biblioteca, a entrada se dá por meio de aquisição (compra ou doação) de um, ou vários exemplares da mesma obra, ou por assinatura ou contrato no caso das produções periódicas.

Enquanto a Biblioteconomia trabalha com a informação bibliográfica, que é resultado do trabalho intelectual de uma pessoa (física ou jurídica) e pode ser representada por meio de registros que identifiquem as características principais da forma ou conteúdo daquele documento bibliográfico, a Arquivologia se atem a informação orgânica que é a informação

registrada a respeito de um contexto jurídico-administrativo, entidade coletiva ou de uma pessoa ou família (SANTA ANNA; CAMPOS; CALMON, 2015).

Quando se pensa na custódia e aquisição de documentos pelos Arquivos e Bibliotecas, percebe-se que os processos tanto de gestão quanto de representação são afetados pelos mesmos, pois interferem em todas as tomadas de decisão e ações posteriores a entrada das documentações. Para a representação, as informações de aquisição e custódia são importantes para a estruturação da organização de acervos, elaboração de classificações, elaboração de fichas catalográficas e de descrições de documentos. Porém, tudo isto só é possível mediante parâmetros esclarecidos por normativas estabelecidas internacionalmente como a ISAD (G) na Arquivologia, e o AACR2 na Biblioteconomia.

Focando-se na relação entre as duas ciências, suas funções e elementos de cunho descritivos na representação, em especial a Descrição arquivística e a Catalogação, nota-se que apesar de todas as diferenças de objetos de estudo e nos contextos institucionais é possível relacioná-las como similares.

Então, partindo do aspecto descritivo da representação e as normativas que estabelecem regras e parâmetros para estes tipos de atividades, coloca-se a seguinte questão: as normas de descrição arquivística e de catalogação de bibliotecas dialogam no que concerne ao processo descritivo?

Assim, esta pesquisa busca complementar as discussões a respeito da Representação em Arquivos e em Bibliotecas, observando a normalização na Descrição Arquivística e na Catalogação em Bibliotecas. O intento é o de explorar as minúcias apresentadas entre os dois processos conforme as duas áreas e as normas ISAD (G) e AACR2, as quais regem a ação de descrever e de parte do processo de representação. Com isso, a intenção é de compreender até que ponto mediante estas normas os dois processos apresentam semelhanças e distinções.

Deste modo, coloca-se como objetivo geral da pesquisa: identificar e apresentar os pontos convergentes e divergentes da representação da informação nos arquivos e nas bibliotecas com base nas normas de descrição arquivística e de catalogação em biblioteca. Os objetivos específicos são:

- a) Apresentar a descrição arquivística e a representação da informação em bibliotecas enquanto processos de representação;
- b) Categorizar elementos descritivos encontrados na *General International Standard Archival Description* -ISAD (G) e no Código de Catalogação Anglo-Americano para bibliotecas-o AACR2.

- c) Comparar os elementos descritivos encontrados na norma de descrição arquivística *General International Standard Archival Description -ISAD (G)* e no Código de Catalogação Anglo-Americano para bibliotecas-o AACR2.

Quanto as normativas escolhidas, pode-se afirmar que esta escolha se deu mediante ao grau de relevância internacional destas normativas nas duas áreas, sendo a ISAD (G) resultado de esforços do Conselho Internacional de Arquivos com a intenção de estabelecer diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivística e o AACR2, Código de Catalogação Anglo-Americano, a norma atuante na coordenação de ações descritivas em bibliotecas.

Compreende-se que mediante o esclarecimento das atividades descritivas pelas normas de Catalogação e Descrição se tem um mecanismo de justificar as abordagens trabalhadas pelas duas áreas, possibilitando novas inferências sobre o desenvolvimento destas atividades nos âmbitos dos Arquivos e Bibliotecas possibilitando melhorias no ensino da representação da informação.

As fontes bibliográficas utilizadas para a elaboração deste trabalho são artigos que em sua maioria, estão disponíveis nas bases de dados BRAPCI, ISKO, SCIELO e em periódicos das áreas da Arquivologia, Ciência da Informação e Biblioteconomia, tais como: *Archival Science; Archivaria; The American Archivist; Journal of Contemporary Archival Studies*, assim também como livros que tratam das Normas ISAD (G) e AACR2. Também foram utilizados artigos e livros referentes a Análise de Conteúdo, metodologia empregada na pesquisa.

A estrutura desta pesquisa está organizada da seguinte maneira: após a introdução, a seção que se sucede apresenta o passo a passo de como a análise desta pesquisa foi estabelecida e aplicada por intermédio da Análise de conteúdo, observando os pontos do método que de forma mais relevante foram importantes para o processo de pesquisa.

As seções de referencial teórico são duas: a seção 3 é sobre a Representação arquivística e aborda a respeito da Representação em Arquivos dando enfoque a Descrição Arquivística seus aspectos históricos, teóricos e estruturais, partindo então para os aspectos de normalização e os parâmetros gerais da ISAD (G). A seção 4 apresenta a Representação em Bibliotecas e aborda os aspectos gerais do tratamento da informação no âmbito das bibliotecas e em especial a Catalogação, explorando seus aspectos históricos, teóricos, estruturais e os parâmetros gerais da normativa AACR2.

A seção 5 é a de análise das normas e apresenta às análises pontuais a respeito dos textos de cada uma das normas escolhidas, apresenta a interpretação destas e reafirma os critérios e categorias estabelecidos pela metodologia. Nesta também são apresentados os resultados da

análise, partindo do corpo textual das normativas indo em direção aos aspectos descritivos encontrados no corpo da norma ISAD (G) e no primeiro capítulo do AACR2.

Nas considerações finais são tecidas as impressões a respeito de todo o processo de análise e a respeito da relação desta com os objetivos propostos para o trabalho de pesquisa, além de apontar possíveis caminhos para a utilização dos resultados obtidos.

2 METODOLOGIA

Deste modo, quanto a natureza desta pesquisa pode-se dizer que é qualitativa, de tipo teórica, exploratória, documental, cujo aporte teórico e metodológico desenvolvido por intermédio da Análise de Conteúdo. As temáticas abordadas no estudo geral que serviram de base para a análise do objeto de estudo, são: representação arquivística, catalogação, normas de descrição e catalogação, ISAD (G), AACR2 e instrumentos de pesquisa.

Como método, a Análise de Conteúdo (AC) é um conjunto de técnicas utilizadas para a análise de dados qualitativos que busca o sentido ou sentidos de comunicações. Nas palavras de Bardin (2011, p. 48), é:

Um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

De contexto behaviorista e desenvolvido por interesse de governos em adivinhar as orientações políticas e estratégicas de adversários por meio de entrevistas e documentos publicados pela imprensa, este método corresponde inicialmente a dois objetivos: 1) a superação da incerteza, ou seja, questiona se a visão particular de determinado leitor a respeito do conteúdo pode ser generalizada; 2) o enriquecimento da leitura, ou seja, à primeira vista talvez não se consiga compreender o propósito da mensagem, porém com o aprofundamento e esclarecimento dos elementos de significações, pode-se descobrir estruturas e conteúdo que demonstrem elementos não percebidos anteriormente (BARDIN, 2011).

Conforme Brito (2016), estes objetivos têm como pretensão ir além do escrito aparente do texto esgotando as possibilidades de interpretação das informações postas em análise, tanto de forma sistemática quanto científica. Estes objetivos da AC se alinham com o que pretendemos alcançar nesta pesquisa, pois o intuito de sua utilização é evitar equívocos quanto a interpretação das normativas, a percepção dos contextos, das intenções e realizar análise de suas aplicações e similaridades.

Quanto as funções, a AC apresenta duas que podem ou não se dissociar. A primeira é a função heurística, que possibilita o enriquecimento da tentativa exploratória, propiciando descobertas, é o tipo de análise de conteúdos para ver o que dá. A segunda é a de “administração de prova”, Bardin a visualiza como baseada em hipótese e/ou afirmativa provisória servindo de diretriz a ser verificada pela própria análise no intuito de confirmar ou infirmar tal hipótese (BARDIN, 2011).

Para esta pesquisa julgou-se que a função heurística é a que melhor se aplica, pois não foi formulada nenhuma hipótese devido ao caráter exploratório, visto que a mesma apresenta cunho investigativo e vislumbra possibilidades de enriquecimento dos conteúdos explorados - Descrição Arquivística e Catalogação - e ao mesmo tempo busca clarificar aspectos de igualdade entre ambas de acordo com as normas.

Para o desenvolvimento das atividades de pesquisa, a AC está organizada em cinco etapas, as quais Bardin (2011) chama de “regras de base” para a análise de categorias, são elas: *organização da análise; codificação; categorização; inferência, e tratamento informático*. Sobre cada etapa pode-se pontuar:

- a) **Organização da análise:** De acordo com Brito (2016), esta primeira etapa tem por objetivo tornar operacional e sistemática as ideias, esquematizando futuras operações. A *organização da análise*, está dividida em três fases de cunho cronológico que delimitam o processo de utilização do método – *pré análise, exploração do material e tratamento do resultado*, esta última composta pela *inferência e interpretação*;
- b) **Codificação:** A codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo (HOLSTI, 1969 apud BARDIN, 2011, p. 133);
- c) **Categorização:** a categorização é uma etapa obrigatória, porém nos cabe categorizar (classificar) de alguma forma a fim de definir seus possíveis valores e atributos;
- d) **Inferência:** a intenção da AC é a inferência de conhecimentos relativos. A descrição do conteúdo das mensagens não é o alvo da AC, mas os saberes encontrados no conteúdo a ser analisado. Estes saberes podem ser de cunho psicológico, sociológico, histórico ou econômico (BARDIN, 2011);
- e) **Tratamento informático:** é a parte mais recente associada a AC, e está associada ao desenvolvimento tecnológico e a utilização da informática para a AC.

Estas etapas estruturadas são fundamentais para um “passo a passo” de pesquisa e podem ser seguidas de acordo com o que é proposto pela autora, mas também, podem ser adaptadas de acordo com a necessidade da pesquisa em questão.

As etapas que julgamos mais necessárias para o desenvolvimento desta pesquisa sobre **representação da informação** são as etapas de *Organização da análise, Categorização e a Inferência*; as quais tiveram as aplicações relatadas nos tópicos seguintes.

2.1 Organização da análise

Na organização da análise, foram elencados os conteúdos a serem dispostos nos campos de introdução e referencial teórico (capítulos 3 e 4) além da escolha dos índices e de indicadores a serem utilizados na análise das normas escolhidas.

Por meio da escolha dos documentos e da exploração do material foi realizada a escolha de materiais que apontassem as fases dos processos de representação da informação e das atividades descritivas em ambas as áreas, após a escolha foi aplicada a leitura flutuante dos mesmos para extração de informações dos objetos de pesquisa, do contexto da problemática e também foi realizada a formulação dos objetivos a serem atendidos por meio deste trabalho.

Também, dentro deste primeiro momento, se observou as regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência, as quais apontaram a importância e relevância das normas que compõem o cerne desta pesquisa: A ISAD (G) e o AACR2.

Quanto as regras citadas acima, pôde-se observar que as duas normativas escolhidas são as publicações mais notáveis a respeito da atividade descritiva em Arquivologia e Biblioteconomia. Além de serem normas utilizadas por um grande número de instituições. O propósito para o qual estas foram elaboradas atribui a estas notoriedade, importância e pertinência em relação ao escopo da descrição em Arquivos e em Bibliotecas, pois tem poder de direcionar as atividades de descrição e influenciar os contextos das atividades de representação da informação, sendo material base para a produção de outros trabalhos normativos e epistemológicos.

2.2 Categorização

Quanto a etapa de *categorização*, de acordo com alguns dos dados levantados na Organização da Análise, os índices (categorias) estabelecidos foram os campos propostos pelas Áreas da ISAD (G) e algumas das informações dispostas no capítulo 1 do AACR2 - Regras Gerais para Descrição. Esta escolha se deu, visto que o AACR2 é uma normativa ampla e contempla uma vasta gama de materiais. Assim sendo, este seu primeiro capítulo é o mais geral e que tem correspondência com a ISBD (G)¹. Este corresponde a parte descritiva da norma.

¹ A *International Standard Bibliographic Description (General)*- ISBD (G), é uma normativa de padronização de descrição bibliográfica lançada no final da década de 60, que tem por intuito oferecer coerência aos registros bibliográficos, e proporcionar facilidade de intercâmbio.

Quanto aos indicadores a serem incluídos nos índices propostos, serão utilizados os relacionados ao caráter descritivo, assim, excluindo os elementos de caráter temático encontrados em alguns campos da catalogação.

As categorias estabelecidas inicialmente foram baseadas nos elementos de descrição mais básicos: identificação; estrutura, contextualização, relacionamento, acesso e uso e notas. Estas categorias observam áreas de descrição dispostas na ISAD (G) e no AACR2, e foram estabelecidas como meio de comparação entre as normas, enquanto os indicadores foram expressos por meio de itens pertinentes dentro das áreas das normas de Catalogação e Descrição. Porém, durante a análise percebeu-se que estas categorias não foram suficientes para conter todos os indicadores.

Conforme a enumeração e a coocorrência de elementos durante a análise, as categorias foram modificadas e novas categorias foram estabelecidas. Os elementos para a criação das categorias e itens descritivos foram analisados por comparação, e foram acrescentados e distribuídos conforme pertinência e similaridade de sentidos.

No quadro abaixo, apresenta-se o arranjo final das categorias:

Quadro 1- Categorias de acordo com elementos da ISAD (G). e do AACR2.

CATEGORIAS	Indicadores presentes ISAD (G)	Indicadores presentes AACR2
Identificação		
Estrutura		
Contexto		
Conteúdo		
Relacionamento		
Acesso e Uso de informações		
Notas		

Temporalidade		
Regras e Convenções		

Fonte: Elaborado pela autora.

Então, todos os indicadores de cunho descritivo encontrados na ISAD (G) e no AACR2 que apresentaram características descritivas correspondentes a uma destas categorias e foram alocados nelas.

Observando o pequeno sumário de pesquisa apresentado na introdução deste trabalho, o resultado da análise assim como as percepções das possíveis variáveis as quais fazem parte dos objetivos deste trabalho, ficarão expostos no capítulo 5 e nas considerações finais.

Apesar de a etapa de codificação não haver sido colocada como um tópico isolado, a mesma foi realizada concomitantemente com a categorização, esta pode ser observada no início do capítulo de análise onde é expressa por meio do agrupamento das características apresentadas pelas normas e seus objetivos comuns reforçando a escolha de temática e a unidade de contexto escolhido para esta pesquisa, auxiliando na enumeração da ausência ou presença de um elemento e a coocorrência dos elementos nas duas normativas.

2.3 Inferência

Sobre a inferência, o polo de análise perpassa o emissor, o receptor e a mensagem, pois as normas selecionadas foram publicadas por organizações com a intenção de que bibliotecários e arquivistas de diversos países as utilizassem para o desenvolvimento das atividades de representação em seus acervos.

Porém, antes de se tornarem publicações definitivas, passaram pela análise das comunidades as quais estavam direcionadas a atender, sendo neste momento inferidas as necessidades e desejos dos receptores, ou pelo menos parte destes, nas mensagens contidas nas normativas. Ou seja, supõe-se que a mensagem contenha parte dos desejos e necessidades de ambas partes envolvidas na comunicação e na mensagem propriamente dita.

Então, a inferência é relativa as áreas da Arquivologia e da Biblioteconomia mediante o esclarecimento das atividades descritivas pelas normas descritivas correspondentes das áreas

que são indicadas pela categorização de acordo com os pressupostos teóricos das áreas e são evidenciados nos resultados da análise por intermédio de gráficos e quadros explicativos.

3 REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Representar informações é um ato que tem por pretensão a troca de elementos para uma compreensão facilitada do significado atribuído a uma informação. É um meio de variar a forma da informação, mas conservando a capacidade informativa a respeito de determinada história ou ideia. Assim, representar pressupõe a capacidade de substituir signos que tenham a mesma equivalência ou aproximação de significados mantendo a fidelidade ao sentido e significado da informação inicial e esta ação pode ser aplicado tanto a comunicação oral, quanto a escrita ou a elementos pictóricos (LIMA; ALVARES, 2012).

A respeito do universo geral da prática da Representação, Santos e Silveira (2015) apontam que a intenção de registro de informações para a posteridade vem desde a antiguidade e faz com que a Representação ganhe destaque no sentido da comunicação de fatos, ideias e também atribui a esta, papel fundamental para a construção da memória:

Acredita-se que o homem sempre buscou registrar o seu conhecimento nos mais variados suportes, com o intuito de preservar seu conhecimento ou para se comunicar. Como aponta Bettencourt (2011, p. 12), o registro do conhecimento se iniciou muito antes da prensa de Gutemberg e tem como objetivo “[...] assegurar a guarda e a memória de sua história por gerações futuras”. (Sem paginação).

Vislumbrando os atributos da representação e a capacidade informacional explorada pela Ciência da Informação, Arquivologia e Biblioteconomia e seus objetos de estudo, acabou-se por vincular com a representação a atividade de organização da informação gerando assim, caminhos para tornar acessíveis informações quer expressas por meio de livros, documentos e diversas mídias.

Na Arquivologia a prática da representação é entendida como a ação que tem por intenção dar visibilidade ao conteúdo e ao contexto de documentos de maneira eficiente, e busca criar meios que possibilitem o acesso às informações contidas nos documentos de arquivos envolvendo processos organizacionais e descritivos fluidos.

Em aspectos gerais, na Arquivologia existem vários fatores que implicam para um constante pensar no fazer da representação. A começar pelas especificidades dos documentos de arquivo, que em sua maioria, tem seu conceito atrelado à historiografia e aos significados jurídicos (ALBUQUERQUE, 2006).

Sabe-se que o documento a partir da Revolução Francesa começa a apresentar atribuições de valor testemunhal e não apenas em sentido jurídico, mas sim no sentido de poder e de reconstituição da história, assumindo assim dois valores: o valor administrativo e o

valor histórico (ROSSEAU; COUTURE, 1994). Estes valores e o modo como são produzidos os documentos de Arquivo, faz com que o documento acabe por possuir qualidades únicas de correlação uns com os outros, atribuindo a estas características “especiais”, tais nomeadas: unicidade, cumulatividade, organicidade, autenticidade e imparcialidade (RODRIGUES, 2006).

Estas características atribuídas aos documentos de arquivo, atreladas aos princípios arquivísticos, em especial ao da proveniência, possibilitam que as estruturas de organização da informação sejam estabelecidas, observando os conjuntos documentais para a implementação dos fundos, séries, subséries e demais estruturas de arranjo a partir da ordem de produção e função atribuída aos documentos.

A Representação como um processo no contexto dos Arquivos e observando o contexto dos documentos, compreende algumas funções, entre as quais estão a classificação e a descrição na qual se inclui a indexação como parte do processo. Estas atividades são precedidas pela avaliação que apesar de não ser considerada uma ação de representação, apresenta fundamental importância para o processo representacional e de organização, principalmente no caso de Arquivos Permanentes, devido a massa documental acumulada sem tratamento.

A respeito das funções arquivísticas que compõe o processo representacional-classificação e descrição – pode-se afirmar que são operações físicas e intelectuais fundamentais para o processo de organização e criação de acesso as informações (RODRIGUES, 2003) e podem ser aplicadas desde a produção documental, como os metadados e indexadores no caso de documentos digitais e eletrônicos.

Um fator importante a ser destacado é que as atividades de classificação e descrição surgiram com características técnicas para auxiliar o controle da guarda de documentos e eram restritas a manuais e convenções que estabeleciam parâmetros de como fazer, não refletindo a fundo sobre as atividades e ações que geraram o documento, ou as funções exercidas pelo órgão produtor do documento e a realidade local. (COOK, 2012; 2013).

Contudo, com as modificações sociais, científicas e institucionais - administrativas, na atualidade existem vários fatores que implicam para um constante pensar no fazer da representação em arquivologia. Yakel (2003) propõe a representação como uma atividade pessoal e ética, que assimila os fatores sociais, culturais, políticos e econômicos nos esquemas de representação, o que ocorre mediante a modificação de processos estabelecidos no contexto positivista para a criação de novos processos que melhor compreendam a realidade e as necessidades dos documentos alocados em Arquivos diversificados.

Com a atual multifaces de contextos na produção documental, busca-se com um único documento apoiar atividades variadas e estágios de produção documental em órgãos diferenciados. A multiplicidade de valores, ações e intenções extrínsecas ao documento notadas pela gestão documental e diplomática podem tornar o processo de representação mais rico em informações, tornando as representações mais consistentes e completas. Pois, estabelecem a conexão entre os contextos e os documentos, a observação destes elementos repercute na classificação, no arranjo e descrição arquivística (TOGNOLI, 2012; TOGNOLI; RODRIGUES; GUIMARÃES, 2019).

Dentre todas as funções citadas dos processos de gestão e tratamento da informação em Arquivologia, no que compete a representação arquivística, a descrição arquivística é o foco principal desta pesquisa. Porém para entendê-la é necessário primeiro remetermos brevemente aos conceitos e competências da Classificação de documentos, pois a relação estabelecida entre estas duas fases do processo de representação é de interdependência.

3.1 A Classificação Arquivística enquanto um processo de representação

A classificação arquivística é apresentada e discutida por uma gama de autores e correntes teóricas, porém estas duas afirmativas representam de forma sintetizada sua importância. Sousa (2003, p.241) aponta que “entendemos, entretanto, que a função de classificação é matricial, isto é, a partir dela que as outras funções/intervenções ganham corpo, consolidam-se, configuram-se”, e Schellenberg (2006, p. 83) complementa e afirma a respeito da classificação que “para se atingir esses objetivos (*conservar e documentos de maneira ordenada e acessível*)² torna-se necessário que os documentos sejam: a) bem classificados e b) bem arquivados”.

A partir destas afirmativas, compreende-se que o intuito da classificação quanto aos documentos e a informações é de organizá-los, possibilitando a ocorrência de outras funções/etapas no processo de tutela de documentos e também após todas as etapas, que estes possam ser localizados facilmente quando solicitados, atendendo as demandas dos usuários do arquivo e dos próprios arquivistas. O usuário de arquivo deve ser um dos principais focos na organização de um acervo, pelo motivo de que o organizador não está organizando/classificando o acervo para si, mas para atender as demandas de outros setores.

² Complemento inserido pela autora.

A função de classificar documentos apresenta importância para a gestão de documentos tanto digitais quanto em suporte de papel, pois permite que as informações sejam organizadas de forma racional, facilitando o trabalho de recuperação da informação.

O estudo da instituição produtora dos documentos é necessário para que os princípios arquivísticos de proveniência, de respeito aos fundos e o da ordem original (que inclui a ordem intelectual dos documentos) não sejam violados.

A sistematização dos dados levantados conforme a análise feita observando os princípios arquivísticos, o órgão produtor e os setores pelos quais a documentação e a informação percorreram, é importante para a organização dos documentos de arquivo, detectando com clareza as funções primordiais assumidas pelo organismo produtor. Quando o documento passa por este processo de investigação e conhecimento, o documento já classificado pode receber uma notação ou um código permitindo a sua localização na tabela de classificação, no acervo e nos instrumentos de pesquisa.

O principal objetivo da notação é a localização do documento no arquivo ou no repositório onde ele está armazenado. O conjunto de funções detectadas envolverá as atividades que este deve cumprir de forma direta (atividades-fim), bem como atividades que lhe servem como suporte (atividades-meio) e que serão diferenciadas por meio de um plano de classificação, o qual deve ser estabelecido por uma comissão de avaliação de documentos de arquivos multidisciplinar, tendo o arquivista como um dos responsáveis.

Ao estabelecer as classes do plano de classificação, deve-se seguir um destes critérios de classificação: funcional (as classes correspondem as funções), estrutural ou organizacional (as classes correspondem as estruturas – departamentos, divisões, setores) ou por assunto (as classes deste modelo são estabelecidas com base nos assuntos dos documentos) (SCHELLENBERG, 2006; GONÇALVES, 1998).

Quanto a utilização destes modelos, ressalta-se que o modelo de classificação por assunto é um ponto de discussão dentro da Arquivologia devido à questão das generalidades que um assunto pode conter e também das particularidades dos documentos, que podem conter mais de um assunto. Pode se tornar confuso e ineficiente a utilização deste modelo conforme se aumenta a complexidade do documento e de seu contexto. Segundo Schafer e Lima (2012), o tipo de classificação mais adequado modifica de acordo com a instituição, o profissional responsável (nem sempre arquivista) definirá o melhor para se trabalhar.

Ao criar as classes deve-se procurar manter um nível de generalidade ideal, que proporcione e apresente pelo menos três qualidades ao plano de classificação: Simplicidade, Flexibilidade e Expansibilidade. Estas três qualidades permitem que o plano de classificação

seja aplicado sem muitas dificuldades e com a possibilidade de adaptação a situações não previstas nos levantamentos efetuados para a elaboração, como o surgimento de novas atividades, ou a incorporação de novos documentos a classes anteriormente definidas, ou por desmembramento ou criação de novos setores dentro da instituição.

Segundo Barros e Moraes (2013, p. 59) “todas as classificações são fruto de um percurso construído socialmente, debatido e refutado nas esferas institucionais que se relacionam, quer sejam estruturais, funcionais por assunto ou codificados”. Isto diz respeito às características relacionais entre as estruturas que compõe a instituição geradora do documento que serão representadas seguindo um tipo de classificação, adequada de acordo com as relações compreendidas no estudo da estrutura organizacional e que melhor se aplique a realidade da instituição e é o resultado de toda esta atividade classificatória, que irá nortear e fornecer subsídios para a função de descrição.

3.2 Trajetória da descrição arquivística: aspectos teórico- metodológicos

O termo “descrição” tem sua raiz no latim *descriptio*, que significa copiar, delimitar ou classificar. Por sua vez, *descriptio* origina-se do verbo *describere*, que significa transcrever, copiar, narrar, definir, distribuir, colocar em classes (TOGNOLI; BARROS, 2015). Por sua vez, *describere* deriva da preposição do verbo *scribere*, que significa “escrever sobre”. A respeito dos sentidos amplos do termo, Heredia Herrera (1991) complementa:

Descrição, em termos amplos, é a enumeração de qualidades e elementos fundamentais de algo ou alguém feita de forma que os conhecimentos de quem efetua o ato descritivo coloca em prática outros conhecimentos para identificar o que se descreve. (p. 299).

Entende-se assim que o termo abarca as ideias de representação, identificação e organização e partindo destes significados o ato de descrever é escrever sobre o material, e no caso da Arquivística, sobre o material arquivístico, com a intenção de identifica-lo, organizá-lo e representá-lo (BARROS, 2015; DURANTI, 1993).

Com as modificações do papel dos arquivos e a relação da sociedade com os documentos, os objetivos da descrição foram sendo alterados, principalmente após a Revolução Francesa onde a procura por informações contidas nas instituições de arquivo, no que diz respeito aos direitos do cidadão, aumentou por parte da sociedade (BARROS; MARTINS, 2015). Foi então acrescido à descrição o objetivo de fornecer acesso aos documentos, além da

organização dos mesmos. Para o alcance destas ações, o uso de manuais e normas arquivísticas permeia a trajetória da descrição.

As primeiras tentativas de esquematizar ou de estruturar o alcance destes objetivos descritivos foram os manuais. Os primeiros manuais de arquivística que estabeleciam parâmetros para a prática das funções arquivísticas, entre elas a descrição, foram: o Manual dos Holandeses, o *Manual Archivistica* de Eugênio Casanova e o *Manual of Archive Administration* de Hillary Jenkison, sendo o dos Holandeses e de Hillary Jenkison os mais sobressalentes.

O Manual dos Holandeses foi preparado pela Associação dos Arquivistas Holandeses e publicado em 1898, este manual além de fazer uma análise minuciosa a respeito da origem e composição dos Arquivos, em especial os da região compreendida pela Associação, também tinha como finalidade estabelecer uma uniformização no tratamento documental para a formulação de inventários.

Utilizava-se dos princípios de respeito aos fundos e proveniência para a organização de conteúdo de arquivo para a descrição inventariada ressaltando o tratamento volume a volume, o cuidado em atentar para datas por questões diplomáticas, considerar os documentos mais antigos além das orientações para o estabelecimento de séries, subséries e volumes (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1975). Esta obra é considerada o marco fundador da literatura na área da Arquivologia (SILVA, 2011).

No início do século XX, Jenkison por sua vez, com o Manual de Administração de Arquivo, explorou seus conhecimentos sobre diplomática, paleografia e experiência profissional para o tratamento de arquivos de guerra, objetivo inicial de sua publicação (SCHMIDT, 2014). Apesar do foco do manual não ser a descrição, ele apresenta instrumentos de pesquisa diferenciados dos apresentados pelos Arquivistas Holandeses, a saber os guias e *os descriptive indexes- repertories e calendars*.

A visão de guardião dos documentos de Jenkison não focalizava o tratamento documental para atender as demandas de acesso como ação prioritária, mas priorizava as demandas de organização do acervo, estabelecendo neste aspecto uma ordem de responsabilidades para o arquivista:

Outra abordagem deste autor britânico, bastante criticada principalmente por arquivistas contemporâneos, é quanto às responsabilidades do arquivista. Para ele há duas, as primárias e as secundárias, sendo que em primeiro lugar está a de tomar todas as precauções possíveis para a manutenção e custódia dos seus arquivos, exercendo o papel de exímio guardião da custódia contínua, elemento ao qual atribui a salvaguarda das qualidades essenciais. Em segundo lugar, é fornecer o melhor de sua capacidade para as necessidades dos historiadores e outros pesquisadores. Ressalta ainda que estas posições (primária e secundária) não podem ser invertidas e que cabe ao arquivista a

conservação física e mental dos documentos que estão nos arquivos, independente do seu conteúdo. (SCHIMIDT, 2014, pp.47-48).

Portanto, esta segunda publicação apresentou importância a nível geral no tratamento de Arquivos, tanto na teoria quanto na prática, abrindo portas para questionamentos, debates e novas formulações.

Assim, a partir do século XX, mais precisamente na década de 1970, novas perspectivas permeiam a arquivística trazendo redefinições para as funções, inclusive para a descrição:

Portanto, a partir do século XX, a descrição começa a se preocupar menos com a criação de simples instrumentos de pesquisa e substitutos dos documentos, e passa a focar na relação do documento com seu contexto, trabalhando em paralelo com a classificação.

Pode-se dizer, então, que descrever é um processo que permite ao arquivista representar – no sentido mais denotativo do termo – todo o conhecimento que é mantido em seu arquivo. (BARROS, 2016, p. 37).

Theodore Schellenberg, arquivista norte-americano, apresenta algumas proposições a respeito da descrição arquivística e também da clara dependência entre as funções de descrição e de classificação. Percebemos a relação nesta afirmativa “Os documentos são descritos estruturalmente, dando-se informação sobre a natureza física dos mesmos e sobre os sistemas segundo os quais são arquivados e classificados.” (SCHELLENBERG, 2006, p. 289).

Em sua obra, *Arquivos Modernos*, Schellenberg apresenta o trabalho descritivo de forma prática, focalizando nas problemáticas e estruturas dos modelos europeus e norte-americanos.

No modelo europeu, depois de arranjados (classificados) em grupos e classes as peças nas classes são numeradas, compilam-se listas de peças individuais ou dos documentos nas classes. As listas são enumerações das peças ou documentos identificados apenas por número e data. Já o modelo norte-americano, apresenta a descrição segundo a proveniência e segundo a pertinência. Schellenberg também discorre a respeito da descrição de arquivos privados, assunto até então pouco explorado, e apresenta formulações sobre o programa de descrição, sobre elementos a serem observados no ato de descrever, descrição por unidades de diversos tamanhos, descrição em relação aos assuntos e descrição total.

Além destas “novidades”, ele também ressalta elementos de descrição que, particularmente, consideramos norteadores para o preenchimento das descrições, independentemente de quaisquer instrumentos que sejam gerados a partir destas. Ele divide os elementos de descrição em dois grupos: conteúdo substantivo e estrutura. Quanto ao conteúdo

substantivo, são elementos mais básicos que constituem o documento. São repassados por indagações: Quem? Onde? Quê? Quando?

Os aspectos relacionados quanto a estrutura são formulados por perguntas mais extensas, porém ainda assim, simplificam a compreensão de quais aspectos estruturais e físicos dos documentos devem ser levados em conta na formulação das descrições dos mesmos. As perguntas são: Se um simples documento, de que espécie? Se um conjunto de documentos, de que espécie? Se um volume encadernado, de que espécie? Quantos volumes existem?

Desta forma, podemos dizer que até este ponto da trajetória da descrição o seu ponto principal visa explicar os documentos, compreender o acervo/fundo arquivístico, compreender o contexto de produção, a proveniência, o método de arquivamento, a forma, o conteúdo, a relação entre documentos e a forma de como encontrar a informação que se procura. Isto pressupõe que o processo de representação deve ser exato, realizado com objetividade; deve ser oportuno observando a ordem da informação e deve ser suficiente, pois deve oferecer o que é necessário para a unidade interessada na informação.

O que nos remete ao exemplo clássico, da descrição como “ponte”, apresentado por Heredia Herrera (1991):

A descrição é a ponte que comunica o documento com os usuários. Na cabeça da ponte está o arquivista que realiza uma tarefa de análise que supõe identificação, leitura, resumo e indicação que transmite ao usuário para que este inicie a recuperação no sentido inverso a partir dos índices. (p. 300, tradução nossa).

A descrição assim como Heredia Herrera (1991) defende, pode ser compreendida como uma ponte entre o arquivista e os usuários de arquivo. Porém, essa metáfora comum durante as décadas de 1980 e 1990, não condiz mais, em parte, com a realidade de acesso aos documentos atuais. Sendo necessários nesta nova fase para os Arquivos novos métodos e abordagens a respeito da descrição e representação arquivística.

Com as novas perspectivas do século XX, as modificações nos parâmetros sociais, institucionais e tecnológicos, a descrição arquivística começa a caminhar para um novo desdobramento, não somente ela, mas todas as funções relacionadas ao processo de Representação.

La evolución tecnológica permitió disociar el concepto de descripción del concepto de instrumento de búsqueda. La descripción consiste en elaborar una representación (actividad) que puede tener diferentes formas de manifestación (instrumentos de consulta); a partir de una base de datos descriptiva es posible obtener diferentes

formatos de salida (varias formas de visualización en pantalla os distintos tipos de impresos). (LLANES PADRÓN, 2011, p.43).

Este desdobramento visa a descrição como uma atividade afetada diretamente pela visão de mundo e conhecimentos do profissional de arquivo e como um dos processos nucleares para o desenvolvimento da prática arquivística. Colocando em análise o princípio da proveniência e o desenvolvimento da representação de arquivos que atenda de forma eficiente as organizações que produzem esses documentos, contemplando o os contextos múltiplos de produção e a modificação do processo de produção de documentos (COOK, 2012).

3.2.1 Normalização da descrição arquivística

Com o perceber das peculiaridades relacionadas aos tipos documentais produzidos por cada instituição, diferenças de contextos regionais e das atividades exercidas pelas organizações, além também das diferenças temporais entre a realidade e a época em que foram escritos e publicados os manuais citados anteriormente e em vigor até a década de 1980, foram trazidos em voga a questão da normalização, visto que o “padrão” estabelecido por eles acabou por destoar da realidade e com o despontar da renovação de concepções arquivísticas, em especial as ligadas a descrição, novas proposições estavam fervilhando

Varias fueron las causas que hicieron posible una renovación en las concepciones de los archiveros. El desarrollo económico y social impulsado en los años 80, la expansión de las tecnologías de la información y las comunicaciones y la diversificación de los perfiles de los usuarios fueron, sin lugar a dudas, aspectos determinantes en este proceso. (LLANES PADRÓN, 2011, p.41).

Por conta disso, a partir dos anos de 1980 e 1990 diversos países começaram a elaborar e publicar normas nacionais para o desenvolvimento de suas práticas de descrição. Estas ações de publicação de países como os Estados Unidos e Grã-Bretanha e os esforços iniciais do Canadá para uma norma nacional fomentaram na comunidade arquivística internacional a elaboração de diretrizes gerais para a descrição que pudessem ser aceitas de forma ampla. Porém, para isso deveriam superar o desafio das práticas descritivas diferentes em todos os países. (BONAL ZAZO, 2001).

A dimensão deste desafio incluía unificar as diferentes práticas descritivas de todos os países, lidar com suas metodologias de trabalho, instrumentos de descrição e terminologias distintas. Bonal Zazo (2001) aponta ainda:

Por esta razón, para que una norma de descripción archivística contara con el consenso general era necesario no sólo que fuera dictada por un organismo internacional cuya autoridad fuera reconocida por la comunidad archivística mundial, tal como ocurría con el **CIA**, sino también que cada país aportara su punto de vista, y no únicamente su punto de vista oficial, es decir, el defendido por las respectivas administraciones nacionales de archivos, sino también el punto de vista profesional, razón por la cual los archiveros de todo el mundo debían tener opción a participar en el proceso de creación de las normas de descripción, bien directamente, bien a través de las asociaciones profesionales. (p. 117).

Com a instituição do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) em 1988, as ações para a criação de uma norma geral começaram a ser tomadas. O estabelecimento de metas, acordos, recomendações, reuniões com especialistas e com as associações e entidades nacionais de Arquivos, foi elaborado e publicado em 1993 a primeira versão da norma geral de descrição archivística: a ISAD (G).

Após a ISAD (G) ser publicada em sua primeira versão, precedentes para normas complementares foram abertos. Atualmente, as normas instrumentos de descrição de âmbito internacional publicadas pelo CIA que propõe o escopo para a prática da descrição são: ISAD (G) - *General International Standard Archival Description*; a ISAAR (CPF)- *International Standard Archival*; ISDF- *International Standard for Describing Functions* e a ISDIAH- *International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings*.

Estas normas auxiliam o trabalho do arquivista, porém não refletem de maneira precisa a relação entre os documentos e seus usuários podendo ainda assim, causar deficiências e problemas na busca em realidades não previstas pelas normas. Cabe então, ao profissional analisar e aplicar as normas de maneira a satisfazer as necessidades de sua instituição. No entanto, esta adaptação ou compreensão não acontece devido a inúmeros fatores, incluindo a reflexão deficiente da prática por parte do próprio profissional.

De acordo com Marañón (2013), a respeito da normalização:

Por normalización se entiende toda actividad colectiva dirigida a establecer e implementar normas para definir los requisitos que deben cumplir bienes, servicios y procedimientos. El fin primordial de la normalización es solucionar situaciones repetitivas y unificar criterios, al posibilitar la utilización de un lenguaje común en un campo de actividades concretas. (p.60).

Ou seja, a normalização é um caminho para o bom funcionamento de atividades que são desenvolvidas por uma instituição e está pautada na elaboração, difusão e aplicação de normas para a melhoria de uma atividade específica. A normalização acaba por ser uma ação comum

as atividades informacionais e tem seu espaço tanto na Biblioteconomia quanto na Arquivologia.

Apesar de todo os esforços e debates a respeito da normalização da descrição arquivística, vale ressaltar que esta visão favorável a normalização não é de concordância de toda a área. De acordo com Michael Fox (2007) no artigo “*Por que precisamos normalizar*”, existem muitos prós e contras incluídos no processo de normalização em arquivos, pois para ele a normalização é uma “meia- bênção”.

Todas as facilidades e contravenções advêm do contexto de surgimento de tecnologias eletrônica, segundo Fox (2007), isto traz consigo uma demanda nova de pesquisa aos arquivos, pois por parte dos pesquisadores se pressupõe, que os arquivistas se utilizam de tais artigos tecnológicos para o processamento e distribuição da informação, assim também que o acesso seja oferecido por meio de uma tecnologia e se tenha uma quantidade de conteúdos relacionados de forma amplificada.

Esta percepção gera uma série de problemáticas a respeito da normalização que perpassam o contexto dos Arquivos e suas individualidades, sendo o primeiro ponto citado o contexto dos Arquivos de iniciativa pública. Na maioria, por contarem com a verba pública e por unicamente depender dela, estas instituições apresentam problemas de ordem financeira, o que acaba por interferir na quantidade de mão de obra especializada para as demandas extra institucionais geradas pela atualização tecnológica, além da estruturação para o desenvolvimento e capacitação dos funcionários para lidarem com a nova perspectiva que exige um nível de letramento virtual maior. Ou seja, lidar com a criação e implantação de normas técnicas requer das instituições forte respaldo econômico (MARAÑÓN, 2013).

Outra questão é o jeito individualizado de como fazer descrições e a criação de padrões institucionais únicos, o que acabava por repelir o acesso e busca por parte deste novo tipo de pesquisador, pois as dificuldades de navegação e disparidades entre sistemas causam desconforto nos usuários, que buscam informações. Para Fox (2007), esta seria a meia-bênção, pois uma normalização de parâmetro internacional, que contemplasse os diversos contextos, permitiria uma interação entre Arquivos e deste com os usuários de modo mais facilitado. Quanto a esta perspectiva das diversificações, há uma complicação gerada pela diversidade no que diz respeito a estruturas de organização e funcionamento de arquivos e seus contextos culturais, administrativos e realidades históricas reais os quais influenciam nas ações de descrição e que devem ser contornadas de algum modo para a aplicação das normas (MARAÑÓN, 2013).

Por último, Fox ressalta que não se pensa em uma estrutura comum para a normalização, e aí está a grande questão da não normalização. Não se pensa em uma estrutura completa, pensa-se apenas em normas, e segundo o autor seria mais proveitoso pensar em uma “arquitetura da informação” que apresentasse além das normas, estruturas e sistemas de dados para tornar as plataformas de Arquivos compatíveis entre si, que possibilitasse o trânsito da informação.

Apesar dos impasses, Fox afirma que sem dúvidas a aplicabilidade das normas torna o trabalho arquivístico mais rápido e consistente. A existência de normativas em áreas de atuação profissional estabelece uma identidade profissional e isto não seria diferente no campo da Arquivologia, pois traz a seriedade ao desempenho profissional e ao campo profissional atribui respeito a profissão e competências a função de arquivista.

Marañón (2013), em complemento as ideias de Fox (2007) ressalta outros fatores que impactam negativamente a implementação de normativas no campo arquivístico. Entre estes fatores estão a forma tradicional de trabalho dos arquivistas, que de forma isolada e com critérios próprios, adaptados a necessidades específicas, não cooperam para a difusão e utilização de normas.

3.2.2 *A Rules for Archival Description (RAD)*

Antes de iniciar o estudo sobre a ISAD (G) é válido revisitar a história da norma canadense RAD, pois juntamente com o *Manual of Archival Description (MAD)* e o *Archives Personal Papers and Manuscripts (APPM)* -iniciativas norte-americana e da Grã-Bretanha respectivamente - foram as impulsionadoras para que o CIA se empenhasse para a elaboração e publicação de uma normativa internacional (LEÃO, 2006 apud SANTOS e SILVA, 2016). Estas normas têm suas fontes no AACR2, normativa de catalogação para bibliotecas (HENSEN,1993).

A RAD é a Regra para Arquivamento e Descrição elaborada pela *Bureau of Canadian Archivists*, estabelecendo pela primeira vez, segundo o prefácio da norma, um conjunto de regras para a descrição de arquivos com a finalidade de produzir descrições mais uniformes. Também é ressaltado no prefácio da norma a importância da normalização ressaltando que os benefícios perpassam desde o aprimoramento do serviço ao usuário, o intercâmbio facilitado de informações entre Arquivos de níveis local, nacional e internacional.

Desde a sua primeira versão publicada em 1990, a RAD recebeu investimentos de diversas esferas arquivísticas canadenses. Além do esforço do Comitê de planejamento *Bureau of Canadian Archivists*, hoje ela conta com a promoção de seu modelo pelo *Today Archives*

Canada, banco de dados onde mais de 55.000 de fundos e coleções são compatíveis com o modelo RAD.

Além dos investimentos em divulgação e espaço de atuação, são empregados esforços periódicos do Conselho Canadense de Arquivos (CCA) por meio do Comitê Canadense de Descrição de Arquivamento (CCAD), designado desde 1996. Este comitê é composto por especialistas designados para monitorar e promover questões relacionadas aos padrões descritivos relacionados ao contexto canadense e a norma, e é responsável pela manutenção, revisão, interpretação e revisão contínua da RAD.

Em sua versão atual (2008) a RAD, é fruto de uma visão ampliada para a compatibilidade e uniformização do padrão de descrição norte-americano, ou seja, buscou-se estabelecer um padrão mais flexível em relação a MAD e as novas peculiaridades do contexto mais recente a norma.

A nova versão também tem acrescido em seu escopo regras de descrição de coleções e itens os quais não fazem parte de um corpo de materiais extensos, de regras de descrição montadas de acordo com uma característica em comum ou regras e orientações para abordagens onde as séries constituem o nível mais alto de descrição. De acordo com o prefácio da versão de 2008, estas modificações tornam a RAD um padrão mais permissivo, abrindo as portas para que mais instituições no Canadá a adotem como padrão.

3.3 ISAD (G)

Como já exposto anteriormente, a ISAD (G) teve sua primeira versão publicada em 1993, porém esta ficou aberta a sugestões para revisão e modificações pelo período de cinco anos. Durante este período muitos profissionais arquivistas e estudiosos teceram seus comentários para a melhoria da norma.

As primeiras modificações, segundo Bonal Zazo (2001), foram referentes ao glossário; a troca de conteúdos de elementos; a troca de estrutura e foram propostas também modificações no prefácio e na introdução.

Após a correção destas e algumas outras solicitações que ocorreram ao logo do período de cinco anos, em 1998, o CIA lançou a segunda edição da ISAD(G) em inglês e logo após vários países trataram de publicá-la em suas respectivas línguas e também fizeram suas próprias versões de normas baseadas na ISAD (G).

No Brasil, a segunda edição da norma foi preparada pelo Grupo de Trabalho do Arquivo Nacional e publicada pelo Arquivo Nacional (AN) e foi amplamente divulgada pelo Conselho

Nacional de Arquivos (CONARQ). De acordo com a segunda edição da ISAD (G), o seu propósito é estabelecer diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas, devendo ser utilizada em conjunto com as normas nacionais ou servir como base para a sua criação. No Brasil, buscando seguir esta prerrogativa de uso conjunto da ISAD (G) com uma norma nacional, em 2006 foi publicada a NOBRADE (Norma Brasileira de Descrição).

Quanto ao conteúdo do documento da ISAD (G), observa-se que o CIA se preocupou em deixar esclarecido o sentido e objetivo da descrição arquivística:

O objetivo da descrição arquivística é identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados. Processos relacionados à descrição podem começar na ou antes da produção dos documentos e continuam durante sua vida. Esses processos permitem instituir controles intelectuais necessários para tornar confiáveis, autênticas, significativas e acessíveis descrições que serão mantidas ao longo do tempo. (ISAD (G), 2000, p.11).

O texto da norma aponta que a ISAD(G) faz parte de um processo e ressalta os objetivos a serem alcançados por meio do seu uso:

- a) assegurar a criação de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas;
- b) facilitar a recuperação e a troca de informação sobre documentos arquivísticos;
- c) possibilitar o compartilhamento de dados de autoridade; e
- d) tornar possível a integração de descrições de diferentes arquivos num sistema unificado de informação. (ISAD (G), 2000, p.11).

De acordo com a segunda edição da ISAD (G), as regras contidas na norma alcançam estes objetivos identificando e definindo 26 elementos que combinados constroem a descrição de uma entidade arquivística. As regras estão organizadas em sete áreas descritivas, a saber:

1. Área de identificação (destinada à informação essencial para identificar a unidade de descrição);
2. Área de contextualização (destinada à informação sobre a origem e custódia da unidade de descrição);
3. Área de conteúdo e estrutura (destinada à informação sobre o assunto e organização da unidade de descrição);
4. Área de condições de acesso e de uso (destinada à informação sobre a acessibilidade da unidade de descrição);
5. Área de fontes relacionadas (destinada à informação sobre fontes com uma relação importante com a unidade de descrição);
6. Área de notas (destinada à informação especializada ou a qualquer outra informação que não possa ser incluída em nenhuma das outras áreas);
7. Área de controle da descrição (destinada à informação sobre como, quando e por quem a descrição arquivística foi elaborada). (ISAD (G), 2000, p.12-13).

Apesar de apresentar 7 áreas com 26 elementos, a própria norma indica que dependendo da situação, nem todos precisam ser utilizados. Porém, há alguns elementos que são considerados essenciais para o intercâmbio internacional de informação descritiva e devem ser levados em consideração o seu uso. São eles:

Todos os 26 elementos abrangidos por estas regras gerais podem ser utilizados, mas somente um conjunto deles precisa sê-lo numa dada descrição. Apenas alguns elementos são considerados essenciais para o intercâmbio internacional de informação descritiva:

- a) código de referência;
- b) título;
- c) produtor;
- d) data(s);
- e) dimensão da unidade de descrição; e
- f) nível de descrição. (ISAD (G), 2000, p.13).

A partir destes seis elementos listados pela ISAD (G) como essenciais, pode-se deduzir que o panorama contextual do documento de arquivo em relação ao tempo, pessoas ou entidades envolvidas na elaboração e nas ações do documento, a dimensão e a relação deste com outros documentos, expõem informações mínimas que facilitam a representação da informação e o acesso a informação. Apesar de o corpo da norma permitir o enfoque apenas nestes elementos, para o efeito desejado desta pesquisa, observando suas peculiaridades, serão explorados todos os sete campos apresentados na ISAD (G).

4 REPRESENTAÇÃO EM BIBLIOTECAS

O processo de Representação da Informação em Bibliotecas tem por propósito, apresentar de forma clara e sucinta as informações pertencentes a um documento, no caso das bibliotecas, informações dos livros. A organização dos procedimentos para a representação é imprescindível para que uma Unidade de Informação (Biblioteca) possa atender as demandas e necessidades de seus usuários (PEREIRA; LAURINDO; SANTIAGO, 2011).

Desta forma, semelhante ao que acontece nos Arquivos, o processo de Representação em Bibliotecas segue fases que podem ser desenvolvidas de modo concomitante e fornecem as informações e as estruturam para o acesso e uso das informações pelos frequentadores das instituições. As principais fases que compõem o processo representativo na Biblioteconomia são a Classificação, a Catalogação e a Indexação. Apesar de estas etapas apresentarem nomenclaturas semelhantes às da Arquivologia, seus desenvolvimentos seguem normativas e aspectos distintos.

Esta organização, também chamada de Tratamento Temático da Informação, é pautada nos aspectos próprios dos documentos de bibliotecas, compreende os quesitos principais das publicações, observa título, conteúdo, assunto, forma do suporte e outras características físicas dos mesmos, para que assim seja extraído o máximo de informações a preencher as possibilidades de busca a respeito de um conteúdo e suas correlações.

De acordo com Guimarães (2009) citando Barité (1997, p. 124) o T.T.I centra-se na análise, descrição e representação do conteúdo dos documentos e suas áreas de interação com teorias, sistemas de armazenamento e recuperação das informações, nos quais são praticados processos e estabelecidos instrumentos para originar produtos.

Redigolo (2010) complementa que o T.T.I visa a caracterização da representação do documento de acordo com o seu conteúdo e envolve uma ligação entre a informação e o usuário, exigindo dos profissionais envolvidos no processo, técnica, habilidade e compromisso social.

Porém, no campo teórico, o Tratamento Temático da Informação é permeado por correntes teóricas que de acordo com Guimarães (2009) e Redigolo (2010) constituem o bojo de técnicas e evoluções do T.T.I. Estas correntes teóricas estão divididas em três:

Quadro 2- Linhas Teórica de Tratamento Temático da Informação.

Corrente Teórica	Matriz	Informações
		Uma vertente notadamente norte-americana insere-se a Catalogação de

Catologação de Assunto	Norte- americana	Assunto, enquanto operação intelectual que consiste em examinar o documento, de modo a extrair os assuntos nele contido para determinar os rótulos verbais, que servirão de ponto de acesso principal para busca e recuperação do documento original. (REDIGOLO, 2010, p. 14).
Indexação	Inglesa	Segundo Chaumier (1986), a indexação não somente interfere na fase de entrada dos documentos em Bibliotecas, mas também na saída. Para o autor a indexação é uma operação que consiste em descrever o conteúdo dos documentos por meio de representações dos conceitos contidos nos documentos. (REDIGOLO, 2010, p. 15).
Análise Documental	Francesa	A Análise Documentária pode ser considerada, basicamente, como um tratamento da informação, com a finalidade de elaborar representações que servirão como ligação entre o usuário e o documento, visando a aplicação de critérios de natureza descritiva ou temática, de modo a poder ser localizado tanto por seus aspectos físicos, como também acessado por termos de assunto (GUIMARÃES, 2003). (REDIGOLO, 2010, p. 14).

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Apesar de nomenclaturas e matrizes diferenciadas, pode-se entender que a catalogação de assuntos e a indexação apresentam semelhanças conceituais e inicialmente, enquanto processos, partem da análise de conteúdo para a extração das informações relevantes para a construção da representação. Assim também, a semelhança entre a Indexação e a Análise Documental encontra-se nos processos, pois também partem da análise de conteúdo, porém o que difere um processo do outro são os ambientes distintos (REDIGOLO, 2010).

Sendo assim, as dimensões representativas das correntes teóricas são importantes para elaborar os dois aspectos abrangidos pelo T.T.I, que a nível teórico-prático a Representação em Bibliotecas abrangem dois aspectos: o temático e o descritivo. O aspecto temático apresenta instrumentos que buscam facilitar no processo de recuperação, esse aspecto é expresso principalmente pela Indexação, já o aspecto descritivo é principalmente refletido pela Catalogação.

Vistas todas estas peculiaridades:

As atividades de representação da informação têm a função de representar a forma, ou seja, descrever dados através das características referentes à representação descritiva, física ou bibliográfica do item. Esses dados são os indicativos de autor, título, edição, editora, data, paginação, entre outros, seguindo regras de um ou mais códigos de catalogação. (AGANETTE; TEIXEIRA; AGANETTE, 2017, p.177.).

Observa-se que para o desenvolvimento das etapas do processo de representação, a Biblioteconomia conta com inúmeros instrumentos e ferramentas para o tratamento dos itens documentais. Entre estas ferramentas e instrumentos estão tabelas de classificação, códigos de classificação e de catalogação, além de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), em sua maioria, tesouros bem estruturados.

Entre os códigos de classificação, estão a CDD e a CDU, as mesmas estão expostas de forma pouco mais aprofundada a frente no tópico sobre catalogação, porém adianta-se que estas classificações são códigos alfa numéricos que representam assuntos de livros e são adotadas por inúmeras bibliotecas ao redor do globo.

No que se refere aos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), Carlan e Medeiros (2011) explicam que estes são sistemas conceituais que tem por objetivo padronizar a terminologia para orientar e facilitar a indexação e o acesso por parte dos usuários. Os SOC traduzem os conteúdos dos documentos originais e completos para esquemas estruturados sistematicamente. A estrutura de um SOC pode ser simples ou apresentar características multidimensionais que podem ser desenvolvidas pela própria instituição que custodia o documento.

Apesar do vasto conteúdo que contempla todos os assuntos referentes às correntes teóricas no T.T.I e instrumentos de classificação e sistemas de representação em bibliotecas, o foco desta pesquisa está voltado para a Catalogação de forma geral, abrangendo a representação descritiva. Esta está ligada a descrição física (forma) e de conteúdo dos documentos com a qual se pretende relacionar a descrição arquivística e os instrumentos normalizadores de ambas as práticas para o desenvolvimento deste estudo.

Quanto a atividade de normalização no campo da Biblioteconomia, a prática da normalização se desenvolve como uma ação “naturalizada”, a julgar pelo início dos trabalhos normativos e a quantidade de normas publicadas pela área e também a efetiva atuação destas normas no trabalho do bibliotecário.

Desde los inicios del siglo XX, distintas organizaciones y grupos de estudiosos comenzaron a comprender la importancia de establecer normas que orientaran el desarrollo de los procesos, productos y servicios. Un momento importante para el desarrollo de la normalización fue cuando, en 1926, algunos organismos nacionales de normalización fundaron la Federación Internacional de Asociaciones Nacionales de Normalización (ISA), con la finalidad de promover el comercio internacional mediante la estandarización de los procesos de producción y los productos. La ISA puede considerarse el precedente inmediato de la actual Organización Internacional de Normalización (ISO, en inglés), creada después de la Segunda Guerra Mundial (Pérez, 2005). (MARañÓN, 2013, p. 59).

Marañón (2013) atesta que na atualidade a normalização é uma necessidade para o desenvolvido e expansão dos serviços de biblioteca na rede, para o intercâmbio cooperativo, para o surgimento de bibliotecas virtuais e para o acesso a recursos compartilhados. Ao que parece o campo da Biblioteconomia está muito mais familiarizado a normalização do que a Arquivologia e não apresenta resistência ao trabalho normalizado.

4.1 Catalogação

Simionato, Arakaki e Santos (2017) apontam que nas áreas relacionais a CI, quando se fala em descrição simples e sucinta não está se inferindo que a descrição dos catálogos e instrumentos de pesquisa serão simplificados, mas que estes serão estruturados com a finalidade de acesso e localização, uso e reuso. Na Biblioteconomia, vê-se a Catalogação como o meio de se chegar a este resultado.

A Catalogação é uma prática ampla e profunda que apresenta inúmeras facetas. Entre estas faces estão a catalogação de assunto, a representação bibliográfica, a representação descritiva e a representação temática. De modo geral, estas são meios de representação responsáveis pelo desenvolvimento de um único registro bibliográfico sobre um documento de biblioteca (MEY; SILVEIRA, 2010).

A respeito do conceito e dos princípios, a Catalogação pode ser entendida como:

Entendemos a catalogação como o estudo, a preparação e a organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, visando a criar conteúdos comunicativos que permitam a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários. (MEY; SILVEIRA, 2010, p. 126).

A catalogografia, ainda de acordo com Mey e Silveira (2010), tem sentido intencional de ser ou pôr “algo no lugar de”. Ou seja, a troca da informação extensa contida no livro por uma resumida e simplificada e isto inclui também informações relativas a forma do documento.

Em bibliotecas, o processo de descrição de recursos informacionais, denominado como catalogação, objetiva a construir as formas de representação para alimentação de catálogos a partir da descrição padronizada de recursos informacionais, contemplando sua forma, seu conteúdo e o seu arranjo em acervos (SANTOS, 2013, apud SIMIONATO, ARAKAKI, SANTOS, 2017, p. 453).

A catalogação apresenta a propriedade de descrever tanto conteúdo informacional, quanto a forma e o arranjo do acervo de modo estruturado. Além de requerer princípios de integridade nas informações registradas e transmissão clara das informações, além de precisão conceitual, organização lógica e consistência de informações relacionadas e semelhantes para garantir a unicidade ao recurso informacional (MEY; SILVEIRA, 2010; SIMIONATO; ARAKAKI; SANTOS, 2017).

O produto final do desenvolvimento da catalogação são as fichas catalográficas (ALBUQUERQUE, 2006, p. 144), que quando compiladas geram os catálogos que podem ser organizados e publicados de acordo com o assunto, acervo ou coleção que se quer representar. Porém, como um produto do processamento técnico da informação, as fichas catalográficas acompanham as modificações e transformações impostas pela evolução tecnológica que permearam o contexto das Bibliotecas com o passar do tempo.

Essas modificações trouxeram para a catalogação outras práticas e configurações que podem ser observadas desde a evolução das fichas catalográficas manuscritas e impressas para o registro bibliográfico lidos por máquinas, a confecção dos catálogos impressos, os catálogos em linha e os produzidos pelas redes de catalogação cooperativa até a conversão de dados de catálogos manuais para catálogos eletrônicos que se mostrou, de acordo com Machado; Helde e Couto (2007), ineficientes se feita apenas como uma digitação do que está em uma ficha física.

Para estes autores, o catalogador nesta nova realidade deve realizar uma análise técnica do documento, avaliar as necessidades da instituição mantenedora ou das envolvidas em caso de cooperação, assim como conhecer as normas e padrões de inclusão de dados a serem empregados e conhecer também o programa e o formato a ser utilizado (MACHADO; HELDE; COUTO, 2007).

Isto denota que a medida que a evolução tecnológica acontece no ambiente da catalogação, ela traz mais responsabilidade ao profissional e ainda insere no contexto da catalogação, outros recursos como programas, sistemas e instrumentos para que esta realidade eletrônica seja atendida satisfatoriamente.

Com este intento, as normas também seguem esta perspectiva. As normatizações que estabelecem requisitos e padrões internacionalmente acordados, julgados necessários para atender realidades e necessidades. Algumas das diretrizes são a ISBD – *International Standard Bibliographic Description*; os Princípios de Catalogação (2009) - que é a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (2009) substituinte da Declaração dos Princípios de

Paris (1961)³; sendo os Princípios que determinam como fundamental para a construção de códigos de catalogação a conveniência do usuário e as necessidades do usuário a serem preenchidas pela catalogação.

A saber, de acordo com a Declaração de 2009, o catálogo deve ser um instrumento efetivo que deve permitir ao usuário encontrar recursos bibliográficos como resultado de busca por meio de atributos e relações entre recursos, também identificar recursos bibliográficos ou entidade (s) descrita (s), selecionar recurso apropriado a pesquisa do usuário ou rejeitar recurso se este não se mostrar apropriado às necessidades do usuário; além de adquirir ou obter acesso a um item descrito, se por compra, empréstimo ou outro meio. Também deve permitir ao usuário navegar de forma clara em um catálogo e em outros recursos por meio do arranjo lógico dos dados bibliográficos e de autoridade, incluindo relações entre obras, expressões, manifestações, itens, pessoas, famílias, entidades coletivas, conceitos, objetos, eventos e lugares (DECLARAÇÃO DOS PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS, 2009, p. 3-4 apud MEY; SILVEIRA, 2010):

Para que as características indispensáveis e essenciais para a unicidade informacional sejam alcançadas, a catalogação é padronizada por normas que buscam organizar os registros bibliográficos para a apresentação aos usuários da informação. Por ser o mecanismo que origina a parte que se vê do processo de representação esta admite semelhança a etapa da descrição na Arquivologia, pois ambas permitem além da identificação, a visualização de informações fundamentais dos documentos sem estar com ele em mãos.

Albuquerque (2006) reforça esta perspectiva, quando diz que “Para a biblioteconomia, a catalogação é a função que possibilita que o item seja descrito para ser recuperado; igualmente a descrição em arquivos é o fator insubstituível para que fundos documentais sejam também identificados.” (p. 144)

No contexto da organização da informação, outros instrumentos e códigos relacionados a prática da catalogação são os sistemas de classificação documentária como a CDD- Classificação Decimal de Dewey e a CDU- Classificação Decimal Universal, também pode-se apontar o FRBR (*Functional Requirements for Bibliographic Records*) - os Requisitos

³ A Declaração dos Princípios de Paris é a declaração expedida no ano de 1961 pela Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, com o objetivo de dar base para a normalização internacional da catalogação. Desde sua publicação inúmeros catálogos foram desenvolvidos observando estes princípios. Esta Declaração passou por duas atualizações: uma em 2009 e a mais recente em 2016. Na atualização de 2009, além das obras textuais há ampliação do escopo para outros tipos de materiais e indica desde as escolhas e formas de cabeçalhos até outros aspectos dos dados bibliográficos e de autoridades. A última versão de 2016, leva em consideração novas categorias de usuários, acesso aberto, acessibilidade e outros fatores mais recentes em termos de tecnologia, informação e sociedade. (BERTOLINI *et al*, 2016).

Funcionais para Registros Bibliográficos- que é um modelo conceitual publicado pela IFLA (*International Federation of Library Associations and Institutions*) em 1998 e tem por objetivo a definição de entidades, atributos e relacionamentos entre registros bibliográficos.

4.1.1 AACR2

O Código de Catalogação Anglo-Americano segunda edição, mais conhecido como AACR2 (*Anglo-American Cataloging Rules*) tem origem nos intentos de elaboração de diretrizes para a uniformidade na descrição bibliográfica de documentos ocorridos a partir da segunda metade do século XX.

Tem como principal iniciativa a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação realizada em 1961 na cidade de Paris e foi patrocinada pela Unesco e organizada pela IFLA. Nesta conferência foram apresentadas propostas que levaram à publicação da primeira edição do AACR em 1967. A partir deste momento, inúmeras reformulações de códigos nacionais de catalogação começaram a ocorrer levando em consideração estas diretrizes internacionais.

No Brasil, as ações de divulgação da proposta e o ressalte da importância da adoção das diretrizes para as bibliotecas e escolas de Biblioteconomia foi inicialmente liderado pela bibliotecária Maria Luísa Monteiro da Cunha que participou da Conferência em Paris em 1961. Em 1969 foi publicada, como resultado destes primeiros esforços, a primeira edição brasileira do AACR que foi coordenada pelo bibliotecário Abner Lellis Correa Vicentini.

O novo código foi publicado em inglês em 1978, e no Brasil a FEBAB assinou em 1980 um acordo que autorizava a Federação a publicar a obra:

Em 1978, novo código foi publicado em inglês. No Brasil, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições – FEBAB, a partir de vários contatos realizados com a American Library Association, Library Association e Canadian Library Association, assinou em 11 de julho de 1980 o acordo que autorizava a Federação a publicar a obra em língua portuguesa, efetivada em dois volumes: em 1983 o volume 1, e em 1985 o volume 2. Posteriormente, várias tentativas foram realizadas para reimpressão do código com as atualizações publicadas desde 1988, porém sem sucesso devido à insuficiência de recursos financeiros. Em janeiro de 2003, foi efetivada a renovação do contrato com os editores do AACR para a cessão dos direitos autorais, o que possibilitou à FEBAB as providências para tornar disponível aos bibliotecários brasileiros e dos países de língua portuguesa o novo Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição, revisão 2002. (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES, 2019).

Segundo a Introdução Geral do código, este destina-se a elaboração de catálogos e outras listas em bibliotecas gerais de todos os tamanhos e recomenda que as especializadas e de arquivos utilizem as regras como base para a catalogação de seus materiais, porém que façam os acréscimos necessários a atender suas necessidades. Inclui também a descrição e a provisão de pontos de acesso. O AACR2 é dividido em dois volumes ou duas partes.

Na primeira parte, as regras contêm instruções para a formulação de descrição de materiais de biblioteca e que em alguns casos, precisam ser acrescidas de cabeçalhos ou títulos uniformes antes de serem utilizadas como entradas de catálogo.

Estas regras, de acordo a segunda edição do código, são estruturadas de acordo com a Descrição bibliográfica Internacional Normalizada Geral – ISDB (G), e estão em conformidade com o acordo da IFLA e Comissão Executiva Conjunta para Revisão do AACR, seguindo a estrutura geral no que diz respeito a ordem dos elementos e a pontuação prescrita, incluindo a terminologia.

A estrutura desta primeira parte é composta por um capítulo de estabelecimento de regras gerais de descrição, seguido por capítulos de regras para tipos específicos de materiais, capítulos de regras para generalidades parciais e capítulos de análises.

O capítulo 1 é o capítulo geral que apresenta as regras aplicáveis a todos os materiais de biblioteca, as áreas de descrição podem ser representadas, entendimento e direcionamento sobre como identificar fontes de informação, como proceder com itens sem fonte principal de informação, organização da descrição, pontuação, níveis de detalhamento na descrição; distinção entre os três níveis de descrição, língua e alfabeto, incorreções, acentos e outros sinais diacríticos, itens com várias fontes principais de informação, itens em única parte e itens em várias partes.

Quanto as áreas de descrição apresentadas no AACR2, são listadas oito, mais três itens: área do título e da indicação de responsabilidade; área de edição; área dos detalhes específicos do material ou do tipo de publicação; área da publicação, distribuição; área da descrição física; área da série; área de notas; área do número normalizado e das modalidades de aquisição; itens suplementares; itens constituídos de vários tipos de material e fac-símiles, fotocópias e outras reproduções.

Na parte dois do AACR2, apresenta-se conteúdo a respeito de cabeçalhos, títulos uniformes e notas remissivas. Depois de estabelecida a descrição normalizada de um item, conforme a parte I do código, serão acrescentados a esta descrição cabeçalho ou títulos uniformes para a criação de entradas para catálogo quando necessário. As regras desta segunda parte, também tratam da escolha dos pontos de acesso para entradas principais e secundárias e

são consideradas para aplicação em obras no geral considerando forma física, no entanto, em certas circunstâncias podem ser levadas em consideração características de um determinado item.

Para fins desta pesquisa, a princípio serão relacionadas com as normas da Arquivologia os quesitos do AACR2 inseridos apenas na primeira parte do código.

5 ANÁLISE DA ISAD (G) E AACR2: resultados

De acordo com o que foi exposto nos tópicos 3 e 4, tanto a ISAD (G) quanto o AACR2, representam esforços das comunidades arquivística e biblioteconômica em padronizar e estabelecer controle sobre as representações geradas pelos Arquivos e Bibliotecas ao redor do globo para possibilitar troca de informações entre instituições.

Este objetivo em comum aponta as primeiras semelhanças entre as duas áreas quanto ao modo de trabalho e o percurso para estabelecer suas normas:

- a) Organização de um conselho internacional;
- b) A existência de normativas e esforços de diversas comissões nacionalidades que antecederam e impulsionaram a confecção de um manual internacional;
- c) Elaboração do texto por uma comissão e o seu lançamento;
- d) Avaliação da primeira versão da normativa pelas associações e grupos de trabalho das mais variadas instituições e o lançamento da versão final;
- e) Novas formulações nacionais, com base nas normativas internacionais.

Nos históricos analisados pode-se perceber que as duas áreas dispuseram de um percurso muito parecido, apesar da diferença de período em que ambas as normas foram idealizadas e elaboradas. As características semelhantes nos passos para criação, tanto da ISAD (G) quanto do AACR2, demonstram a importância que é dada pelas áreas profissionais a organização e estruturação de ações que solidifiquem seus campos de atuação, além de trazer ao profissional maior engajamento e sentimento de pertencimento a uma comunidade.

Quanto ao corpo textual das normas, nos parâmetros gerais, relativos a estrutura e previsão de aplicação, a ISAD (G) e o AACR2 apresentam alguns pontos que cabem ser destacados antes de se partir para a análise dos itens de descrição propriamente ditos. Estes pontos são essenciais para a aplicação das regras; pois, esclarecem o que é e o que se espera alcançar com cada uma delas.

A começar pela **ISAD (G)**, em aspectos gerais ressalta-se que esta esclarece que as regras de descrições podem ser aplicadas independentes das formas e suportes dos documentos, porém a própria norma não descarta o uso de outras normas concomitantes a esta, nos casos de documentos especiais (mapas, selos, registros sonoros e outros). Ressalta também que pela descrição são abarcados todos e quaisquer documentos sobre os quais exista a intenção de submetê-los a consultas, independente de qual seja sua fase no ciclo vital dos documentos.

A proposta da ISAD (G) é que cada regra compreenda a os seguintes elementos:

- a) o nome do elemento de descrição a que se aplica a regra;
- b) uma explicação quanto à finalidade da inclusão desse elemento numa descrição;
- c) uma explicação quanto à(s) regra(s) geral(is) aplicável(is) a esse elemento;
- d) quando aplicável, exemplos que ilustrem a aplicação da(s) regra(s). (ISAD (G), 2000, p 12).

A ISAD (G) aponta que no resultado esperado das descrições, sejam levados em consideração seus 26 elementos que combinados resultam em descrições que devem atingir os objetivos propostos. Estas descrições podem resultar em listas, catálogos, inventários, guias e demais instrumentos de pesquisa.

A norma é baseada em princípios teóricos aceitos pela comunidade arquivística e a descrição procede do nível geral para o particular, como uma consequência prática do princípio de respeito aos fundos.

Os níveis de descrição e seus graus diferentes de detalhamento devem se adequar de acordo com o arranjo estabelecido por cada instituição. Este arranjo pode ser descrito por partes, indo sempre do nível mais geral para o nível mais específico. A proposta da ISAD (G) é que as diversas combinações possíveis desses arranjos possam ser utilizadas para promover descrições significativas no contexto geral do arquivo, se utilizando até mesmo de níveis intermediários quando necessário.

A norma deixa claro a divisão das sete áreas nas quais a ISAD (G) pretende organizar as informações descritivas e o que se destina a estas áreas:

1. Área de identificação (destinada à informação essencial para identificar a unidade de descrição);
2. Área de contextualização (destinada à informação sobre a origem e custódia da unidade de descrição);
3. Área de conteúdo e estrutura (destinada à informação sobre o assunto e organização da unidade de descrição);
4. Área de condições de acesso e de uso (destinada à informação sobre a acessibilidade da unidade de descrição);
5. Área de fontes relacionadas (destinada à informação sobre fontes com uma relação importante com a unidade de descrição);
6. Área de notas (destinada à informação especializada ou a qualquer outra informação que não possa ser incluída em nenhuma das outras áreas);
7. Área de controle da descrição (destinada à informação sobre como, quando e por quem a descrição arquivística foi elaborada). (ISAD(G),2000, p. 12).

O texto da norma expressa que dos 26 elementos que a regra abrange, apenas seis destes são considerados essenciais e obrigatórios para que uma descrição esteja dentro de um

parâmetro ideal de intercâmbio internacional de informações arquivísticas. São estes: código de referência; título; produtor; data(s); dimensão da unidade de descrição e nível de descrição.

A norma igualmente apresenta um glossário de termos associados as regras gerais e também uma grande quantidade de exemplos que retratam as aplicações dos casos apresentados pelas regras. Também em seu texto a ISAD (G) aconselha o uso de outras regras como a ISAAR (CPF) e as ISOS para a elaboração de pontos de acesso e vocabulários controlados, quando estes forem necessários.

A respeito da ISAD (G), vale lembrar que na metodologia adotada para esta pesquisa, algumas das categorias estabelecidas para a análise dos itens descritivos foram criadas a partir das áreas e elementos apresentados em seu conteúdo.

Quanto ao **AACR2**, a estrutura da norma em sua parte inicial, apresenta tópicos que revelam o que é esperado com a aplicação da norma. Além de apresentar as partes que estão contidas no processo de criação da ficha catalográfica e como devem ser interpretadas algumas das minúcias pertinentes a descrição do material bibliográfico. Desta parte inicial pode-se destacar os tópicos gerais, conforme os itens dispostos abaixo:

Na **Introdução geral** do Código Internacional de Catalogação (segunda edição) é deixado claro que o AACR2 se destina a elaboração de catálogos e outras listas em bibliotecas gerais, não visando especificamente bibliotecas especializadas e arquivos. Porém, as regras apresentadas podem ser utilizadas como base para a catalogação nestas instituições com os acréscimos e ajustes necessários a atender a realidade. Este tipo de proposição de uso é também proposto aos usuários da ISAD(G).

A introdução geral do AACR2 apresenta em seu conteúdo:

- a) **Estrutura das regras:** explica que com base nas atividades desempenhadas pelos catalogadores o Código foi dividido em duas partes - a parte I é composta por instruções para a descrição de itens (suporte e nível de detalhamento) e a parte II é pertinente ao estabelecimento de cabeçalhos;
- b) **Entrada principal e cabeçalhos alternativos:** neste tópico são apresentados alguns pressupostos a serem aplicados na parte II do Código. Entre tais estão as recomendações sobre entrada principal, entradas secundárias, entradas de cabeçalhos alternativos e as demais distinções a serem feitas;
- c) **Estrutura das entradas:** pontua a forma que os cabeçalhos de nomes ou de títulos uniformes atribuídos a uma descrição devem ser diferenciados de dados descritivos;

- d) **Alternativa e opções:** aponta que algumas das regras são alternativas, outras apresentam o vocábulo “opcional” como parte do reconhecimento de que por existirem contextos diferenciados, várias soluções podem ser aplicadas para um problema e níveis de detalhamento e especificidade. Este tópico apresenta as expressões e intensões de regras que atendem a ideia alternativa;
- e) **Apêndices:** os apêndices apresentados no código são direcionados a tratar questões de aplicação geral que incluem abreviaturas, uso de maiúsculas, numerais e artigos iniciais e um glossário de termos. É pontuado que as indicações propostas nos apêndices tem igual força quanto as demais regras;
- f) **Preferências de língua:** destaca que em algumas regras a decisão é tomada com base na língua e a principal preferência é pelo uso do inglês, mas pode-se substituir pela língua de trabalho, além disso, os casos de uso da tabela de latim ALA/LC nos casos em que a latinização é necessária e as traduções autorizadas possibilitem;
- g) **Exemplos:** apresenta que os casos ilustrativos apresentados nas regras são exemplos que visam esclarecer a aplicabilidade da regra e não em expandi-las, a não ser quando esta validação seja exposta pelo texto da regra e apresenta a indicação de sinais e itens podem aparecer nos exemplos.

Como o estudo é destinado apenas aos itens descritivos apresentados no AACR2, apenas a parte I da norma será explorada, pois é o trecho que se refere as informações para a descrição de itens, vindo do geral para o específico, atentando para o suporte físico do item e o nível de detalhamento que cada parte está sendo descrita.

Na Introdução da Parte I, referente a descrição, especifica-se que as regras apresentadas nesta norma contêm instruções para a formulação de descrições de materiais de biblioteca, que podem ser acrescidas de cabeçalhos ou títulos uniformes. O AACR2 é baseado na estrutura geral de descrição de materiais de bibliotecas que é advinda da Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada Geral- ISBD (G).

Em “Estrutura da parte I” é indicado que a aplicabilidade das regras é para todos os tipos de materiais que podem ser descritos, tais como: livros, folhetos, folhas impressas, materiais cartográficos, manuscritos, gravações, música, filmes cinematográficos, gravações de vídeo, materiais gráficos, recursos eletrônicos, artefatos tridimensionais e microformas.

De acordo com estas regras apresentadas no capítulo 1 do AACR2, são básicas para generalidades aplicáveis a todos os materiais de biblioteca, porém quando certos materiais exigirem tratamento específico, há capítulos pontuais para orientar a respeito daquele material.

O AACR2 sugere estudo exaustivo da norma para a solução de problemas que possam, à primeira vista, não ser solucionados. Pois segundo o AACR2, a maioria dos problemas podem ser resolvidos com uma simples consulta a uma única regra, se esta for estudada exaustivamente.

Observando esta análise dos elementos mais gerais a respeito dos usos e ações da ISAD (G) e do AACR2, podemos notar algumas semelhanças entre elas entre as quais estão as mais comuns a uma normativa geral: a apresentação de seus objetivos e interesses, a apresentação de um glossário de termos pertinentes a área de conhecimento a que a norma se destina, a utilização de exemplos de aplicação dos casos propostos pela norma e a indicação de normas complementares.

Uma observação pertinente a ser feita é a de que as duas normativas destacam que são regras gerais que podem ser adequadas de acordo com a necessidade, suporte e instituição. Esta afirmação retira a obrigatoriedade de se utilizar, na teoria, todos os passos apresentados por elas.

Um outro fator que atesta uma similaridade no pensar a representação da informação e a descrição é a respeito dos níveis de descrição e níveis de detalhamento apresentados na ISAD (G) e AACR2 respectivamente. Ambas normas apresentam, mesmo que a aplicação na prática seja diferenciada, o pensar a descrição do geral para o particular.

Assim, abaixo apresenta-se um quadro como resumo comparativo entre os aspectos gerais observados na ISAD (G) e AACR2:

Quadro 3- Comparativo entre os aspectos gerais da ISAD (G) e AACR2.

Aspectos gerais	ISAD (G)	AACR2
Estrutura do corpo da norma	<ul style="list-style-type: none"> • Prefácio; • Introdução; • Glossário de termos associados às regras gerais. • Capítulos: 1. Descrição multinível, 2. Regras para a descrição multinível, 3. Elementos de descrição; • Apêndices. 	<ul style="list-style-type: none"> • Prefácio; • Introdução fragmentada apresentando elementos referentes ao uso da norma e cada Parte apresenta uma Introdução específica; • Divide-se em duas partes: Descrição (Parte I) e Pontos de acesso, Títulos uniformes, Remissivas (Parte II); • Apêndices.

Objetivo	Estabelecer diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas. (p.11)	Propor um conjunto de regras para a catalogação de materiais de bibliotecas. (p. I-1)
Parte analisada da norma	Completa	Introdução geral e capítulo 1- Parte 1.
Tipos de documentos alcançados pela norma	Documentos de Arquivo (não especifica suportes, porém exclui selos, registros sonoros e mapas)	Livros, folhetos, folhas impressas, materiais cartográficos, manuscritos, gravações, música, filmes cinematográficos, gravações de vídeo, materiais gráficos, recursos eletrônicos, artefatos tridimensionais e microformas.
Normas Citadas	ISAAR (CPF), ISOs (5963,2788,999 e 690).	ISBD(G).
Detalhamento	Descrição multinível- vai do geral para o específico.	Nível de Detalhamento- vai do geral para o específico.
Instrumentos de pesquisa gerados pelas descrições	Listas, catálogos, inventários, guias e demais instrumentos de pesquisa.	Catálogos e listas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto ao AACR2 e os itens descritivos a serem analisados no próximo tópico, a normativa os dispõem no capítulo 1 de Regras Gerais para Descrição o qual apresenta uma estrutura e traz alguns outros pontos e elementos pertinentes a descrição em si, entre os quais estão as regras gerais e apresentação das áreas.

Quanto as áreas de descrição abordadas pelo AACR2 são estas as suas aplicações gerais:

Quadro 4 –Áreas de elementos de descrição do AACR2.

Áreas de Descrição AACR2	Aplicação
Área de título e indicação de responsabilidade	Refere-se a todas as formulações sobre títulos, fontes de informação de onde pode-se ser extraído o título quando este não é existente, títulos equivalentes, itens sem títulos coletivos e indicações de responsabilidade. Também orienta a respeito da apresentação de texto do título, pontuação e designação do material representado.
Áreas de edição	Refere-se a registro de edição e as possíveis formas que este pode conter. Diz respeito a fontes de informação, indicação de edição, indicações em mais de um idioma no item de edição, indicações de responsabilidade da edição, indicação relativa a revisão mencionada de edição

	e indicações de responsabilidade relativas a revisão mencionada de uma edição.
Área dos detalhes específicos do material (ou do tipo de publicação)	Diz respeito a materiais cartográficos, música, recursos eletrônicos, publicações seriadas, microformas- auxiliadas por alguns capítulos mais a frente na normativa.
Área da publicação, distribuição etc.	Diz respeito a todas as informações sobre lugar, nome e data de todos os tipos de atividades ligadas a publicação, distribuição, impressão e divulgação.
Área de descrição física	Para o registro de extensão, materiais idênticos, impressos, números de componentes, tempo de duração em caso de materiais sonoros ou audiovisuais, dimensão, e outros detalhes físicos que sejam pertinentes ao material.
Área da série	Este tem como finalidade o registro de séries, subséries, títulos equivalentes a série, e ISSN ⁴ da série.
Área de notas	Reserva-se ao registro de notas de dados tais como citações, referências, notas formais, notas informais, outras edições, outras obras e outras formas de expressão da mesma obra, natureza do item, forma artística e variações do título e outros.
Área do número normalizado e das modalidades de aquisição	Área para registro de qual quer número normalizado internacionalmente aceito como o Numero Internacional Normalizado do Livro (ISBN ⁵) ou Número Internacional Normalizado da Publicação Seriada (ISSN).

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir deste quadro das áreas que são compreendidas na descrição pelo AACR2 e das áreas da ISAD (G) e juntamente com análise acima, no próximo tópico foi desenvolvida a análise dos itens descritivos, expondo os indicadores presentes nas normas conforme as categorias estabelecidas por meio de comparação entre os indicadores encontrados na ISAD (G) e AACR2.

⁴ O ISSN (*International Standard Serial Number*) é a sigla em inglês para o “Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas”, este é aceito internacionalmente para individualizar o título de uma publicação seriada, se tornando o número único e exclusivo do título da publicação ao qual foi atribuído.

⁵ O ISBN (*International Standard Book Number*) é um sistema internacional de identificação de livros e softwares classificando-os numericamente segundo o título, o autor, o país, a editora, individualizando-os inclusive por edição.

5.1 Análise dos itens descritivos na ISAD (G) e AACR2

Para a análise dos itens descritivos estabeleceu-se no capítulo de metodologia que a análise por categorização seria a melhor maneira de trabalhar os dados obtidos mediante o que foi observado a respeito das normativas durante a organização da análise apresentada no tópico anterior.

As categorias estabelecidas foram baseadas, nos itens observados nas áreas da ISAD (G), pois inicialmente entendeu-se que a mesma por ser uma normativa criada unicamente para a descrição de documentos, possuía elementos mais pontuais para a atividade descritiva. Contudo, durante o processo de pesquisa, notou-se que alguns dos elementos apresentados no capítulo para atividade descritiva em catalogação do AACR2 serviriam de reforço na observação de itens semelhantes e nas considerações sobre quais elementos são tidos como essenciais para o desenvolvimento de uma descrição.

Cabe lembrar que para o AACR2 as áreas de descrição têm similaridade de sentidos com as apresentadas como elementos essenciais para o intercâmbio internacional de descrição em arquivos, assim como com algumas áreas apresentadas pelo AACR2.

Então, as categorias escolhidas acabam por ser pertinentes as duas normativas e foram obtidas por meio da comparação entre ISAD (G) e AACR2, são elas: identificação; estrutura, contexto, relacionamento, acesso e uso de informações, notas, temporalidade, regras e convenções.

Observando estas similaridades, cada categoria irá compreender as seguintes especificações:

- a) **Identificação:** nesta categoria estão compreendidos os indicadores que expressam quaisquer tipos de identificação do material descrito como códigos, nomes, títulos, datas, lugares e etc.;
- b) **Estrutura:** compreende itens que dispõem de informações a respeito da estrutura tanto textual quanto de organização material do item descrito. Isto inclui: dimensões, tipos de suporte, tipos de publicação, tipos de materiais, detalhes de escrita, sistemas de arranjo; classificação e outros;
- c) **Contexto:** agrega os indicadores que apresentam informações a respeito do contexto geral tanto da elaboração dos documentos a ser descritos, incluindo datas, históricos administrativos e de aquisição ou outros itens que tenham valor semântico equivalentes;

- d) **Conteúdo:** inclui indicadores que podem apresentar informações relacionados ao conteúdo dos itens descritos;
- e) **Relacionamento:** esta categoria agrupa indicadores que apresentam as relações entre os documentos dentro de um sistema de classificação ou estrutura de organização, além de elementos que apontem relacionamento do material descrito com outros materiais;
- f) **Acesso e Uso de informações:** abarca indicadores que expressam a forma de acesso ao material, utilização do suporte, manutenção e outros meios de acesso e uso.
- g) **Notas:** compreende os indicadores de informações adicionais que sejam relevantes à descrição, porém não foram incluídas nas demais categorias por não se adequarem aos seus sentidos;
- h) **Temporalidade:** engloba elementos que indicam tempo, período, podendo ser inclusos datas limite, ano de publicação e outros elementos de tempo;
- i) **Regras e Convenções:** compreende indicadores que apontem outras normativas que complementam a atividade de descrição do material descrito.

Sendo assim, o resultado da análise de acordo com as categorias escolhidas e os indicadores (elementos) representantes destas categorias encontrados na ISAD (G) e no capítulo 1 (o capítulo voltado à descrição dos materiais bibliográficos) do AACR2.

Os indicadores analisados e apresentados no quadro abaixo foram retirados da leitura das duas normas e alocados nas categorias conforme o entendimento do que as categorias propõem em seus sentidos semânticos. Então abaixo, apresenta-se o quadro demonstrativo de indicadores equivalentes das duas normas em cada categoria.

Quadro 5- Demonstrativo de indicadores equivalentes ISAD (G) e AACR2.

CATEGORIAS	Indicadores presentes ISAD (G)	Indicadores presentes AACR2
Identificação	Códigos de referência/ título; nível de descrição/ data (s) / nome (s) do (s) produtor (es).	Título principal/ indicação de responsabilidade/ títulos equivalentes/ outras informações sobre o título/ outras informações extensas sobre o título/ indicação de edição/ data de publicação ou distribuição/ detalhes específicos do material/ lugar de publicação ou distribuição/ nome do editor ou distribuidor/ todas as indicações de responsabilidade relativas a edição/ lugar de fabricação/ nome do fabricante e data de

		fabricação/ título principal da série/ indicações de responsabilidade relativas a série/ ISSN da série/ numeração dentro da série/ itens sem título coletivo/ número normalizado – ISBN/ título –chave/ qualificação.
Estrutura	Dimensão e suporte/incorporações/ sistema de arranjo.	Designação geral do material/ detalhes específicos do material ou tipo de publicação/ extensão do item/ detalhes físicos/ dimensões/ material adicional/ natureza, campo abrangido ou forma artística/ detalhes específicos do material.
Contexto	História administrativa/biografia/ história arquivística/ procedência.	Data de publicação ou distribuição/ datas para publicações seriada, recursos integrados e itens em várias partes/ lugar de fabricação, nome do fabricante e data de fabricação/ título principal da série/ subsérie/ edição e histórico/ dissertações e teses/ modalidade de aquisição.
Conteúdo	Âmbito e conteúdo/incorporações.	Citações/ referências/ resumo/ conteúdo.
Relacionamento	Existência e localização dos originais/ existência e localização de cópias/ unidades de descrição relacionadas.	Material adicional/ título principal da série/ título equivalente da série/ subsérie/ notas citando outras edições e obras/ mais de uma indicação de série/ notas que citam outras edições e obras/ referência a descrições publicadas/ números associados ao item/ exemplar que está sendo descrito, acervo da biblioteca e restrições de uso.
Acesso e Uso de informações	Idiomas/ condições de acesso e uso/ condições de reprodução/ características físicas e requisitos técnicos/ instrumentos de pesquisa.	Notas referentes a itens reproduzidos/ língua do item, tradução ou adaptação/público a que se destina/ outros formatos/ exemplar que está sendo descrito, acervo da biblioteca e restrições de uso.
Notas	Notas/ nota sobre publicação/ nota do arquivista.	Notas formais/ notas informais/ notas que citam outras edições e obras/ notas referentes a itens reproduzidos/ notas/ notas combinadas relativas ao original/ item descrito.
Temporalidade	Data (s) / data (s) da (s) descrição (ões) / avaliação, eliminação e temporalidade.	Datas de edição/ data de publicação.
Regras e convenções	Regras ou convenções.	Encontrado na norma apenas na introdução da parte I sobre descrição.

Fonte: Elaborado pela autora.

A princípio procurou-se observar o que a norma da qual o indicador foi retirado indicava e falava sobre o item, porém esta observação gerou conflito por conta das divergências de especificações e significações entre termos. Quanto aos conflitos, chegou-se à conclusão que as diferenças entre ISAD (G) e AACR2 quanto a descrição de materiais começam pelo modo como cada uma enxerga os conceitos e termos pertinentes aos itens de descrição da informação. Acredita-se que isto ocorra por causa da diferença no material que cada uma das áreas atua. Estas diferenças possibilitaram que esta análise incluísse um mesmo indicador em mais de uma categoria, ou seja, a maior diferença entre as normas é acima de tudo, terminológica.

Por exemplo, alguns dos indicadores relativos a “Série” do contexto do AACR2 couberam tanto em “Identificação” quanto em “Contexto” e “Relacionamento”, pois apresentam características pelas quais pode-se identificar uma obra e definir o contexto em que esta foi elaborada como produto, assim também como identificar quais tipos de relação esta pode ter com outro material incluso na mesma estrutura de organização.

O indicador “Material Adicional” foi alocado em “Relacionamento”, pois o mesmo aponta a relação do material a ser descrito com outros materiais que compreendem o conteúdo da obra e os complementa. Este mesmo indicador também se encaixa em “Estrutura”, pois o mesmo é uma indicação da estrutura do documento que está sendo descrito, pois expressa um possível acréscimo de material a estrutura do documento, assim também, podendo ser adicionado a categoria de “Relacionamento”. Esta consideração é feita mediante a visualização dos exemplos expostos pela própria norma:

Figura 1- Exemplo de utilização do indicador Material adicional da área da descrição física.

Teacher’s guide / Robert Garry Shirts. 24 p.
Acompanhado de diafilme intitulado: Mexico and Central America

(AACR2, 2002, p. I-34).

No exemplo acima, pode-se perceber que a descrição do material adicional, permite indicar o relacionamento do material descrito (*Teacher’s Guide*) com outro documento (diafilme intitulado: *Mexico and Central America*), o qual pode ser descrito como um acréscimo estrutural ao documento dependendo do tipo de relação entre ambos e do impacto de um em relação ao outro.

Quanto aos indicadores advindos da ISAD (G) podemos inferir que pelo fato de a normativa ser mais simplificada do que o AACR2 e também que as categorias foram em maior parte estabelecidas por meio das áreas apresentadas por ela, todos os itens descritivos se

relacionaram com as categorias estabelecidas, porém este fator não restringiu os indicadores de pertencerem a mais de uma única categoria e também de separar-se da área na qual foi baseada a categoria.

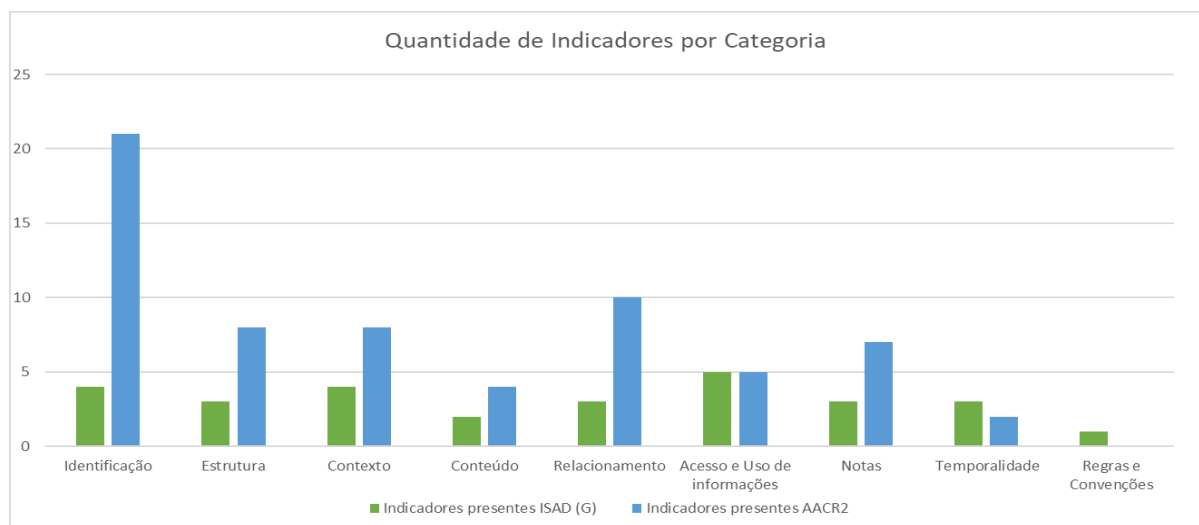
Por exemplo, o indicador “Dimensão e Suporte” da ISAD (G) foi separado da área de identificação a qual está inserido na ISAD (G), e foi incluído somente em “Estrutura”, pois se prezou pela independência do termo que por si só pressupõe a indicação de estrutura do documento a ser representado. Supõe-se que como indicador relacionado a identificação este necessitaria estar atrelado a um nome, a um código ou a um título.

Já o indicador “Nome dos Produtores” foi agrupado em mais de uma categoria- este foi incluído na categoria de “Regras e Convenções” por uma exceção, pois o texto da norma indica neste item a possível relação deste com a utilização da ISAAR (CPF), mas também pode ser incluído na categoria de “Elementos de Identificação”, pois o mesmo indicador expressa uma fonte pela qual se pode identificar o documento.

Olhando para o quadro 5 pode-se perceber que as categorias apresentam indicadores que apesar das diferenças apresentam equivalências, ou seja, de formas semânticas diferenciadas focam no mesmo objetivo. Como ajuda, a ISAD (G) em seu texto expõe antes das regras o objetivo do indicador descritivo, o que facilita a compreensão por parte do profissional que irá efetuar a descrição o que deve ser assimilado por ele como o referido indicador descritivo.

Transformando o quadro 5 em gráfico, consegue-se observar quantitativamente a relação de indicadores por categoria:

Gráfico 1- Demonstrativo de número de indicadores por categoria.



Fonte: Elaborado pela autora.

Esta quantificação ressalta a discrepância entre o número de indicadores encontrados na ISAD (G) e no AACR2. Os indicadores retirados do AACR2 são em maior quantidade na maioria das categorias, mesmo que a parte textual analisada do AACR2 seja apenas de um capítulo em relação a ISAD (G) que teve a norma completa analisada.

Em seis categorias há mais indicadores do AACR2 do que da ISAD (G), sendo que apenas em duas a ISAD (G) apresenta número maior de indicadores e também há empate em uma categoria.

A partir destes resultados, pode-se inferir que as descrições das categorias onde os indicadores do AACR2 são em maior número podem ser bem mais ricas, detalhadas e precisas em informações, pois na teoria tem-se maior número de possibilidades para preenchê-las do que quando visualizadas pelo espectro da ISAD(G), isso sem levar em consideração o tipo de documento e a estrutura do mesmo.

Pode-se demonstrar esta ideia observando a categoria “Estrutura” que hipoteticamente, se fosse necessário descrever a estrutura de um documento por intermédio pelo AACR2, haveria 8 possibilidades de preencher esta descrição enquanto pela ISAD (G) seriam apenas 3 possibilidades. O que à primeira vista traz equivocadamente a ideia de que o que tem maior número de possibilidades é melhor para ser aplicado, pois deixaria a descrição mais completa. No entanto, ao se observar mais a fundo, vê-se que quanto maior o número de indicadores, maior é o número de regras a serem aplicadas.

No caso dos indicadores advindos do AACR2, alguns estão atrelados a mais de uma regra e algumas destas regras tem relação de dependência com outras regras ou dispostas em partes diferentes do corpo da norma, o que acaba por elevar o grau de dificuldade de execução da descrição. Esta ação traz à tona a questão da exaustividade da norma, que é um fator que se mostra mais presente no AACR2 do que na ISAD (G).

Este referido nível de dificuldade foi verificado em todas as categorias, e grande parte dos indicadores retirados do AACR2 apresentam a característica de estarem ligados a uma regra ou mais que também, em alguns casos, apresentam correlação com outra regra. Como ilustra a figura:

Figura 2- Exemplo de Indicador com mais de uma regra AACR2 (Categoria Estrutura).

1.5E. Material adicional

1.5E1. Registre detalhes do material adicional (veja Glossário, apêndice D) em uma das seguintes formas:

- a) faça uma entrada separada
- ou b) faça uma descrição em vários níveis (veja 13.6)
- ou c) faça uma nota (veja 1.7B11)

Acompanhado de: A demographic atlas of north-west Ireland. 39 p.: mapas color. ; 36 cm. Publicado anteriormente em separado em 1956

Teacher's guide / Robert Garry Shirts. 24 p.
Acompanhado de diafilme intitulado: México and Central America

- ou d) registre o número das unidades físicas em algarismos arábicos e o nome do material adicional (usando, quando indicado, uma designação específica do material) no final da descrição física.

387 p. : il. ; 27 cm + 1 conjunto de notas para o professor

32 p. : il. color. ; 28 cm + 7 mapas

200 p. : il. ; 25 cm + 2 discos de computador

271 p. : il. ; 21 cm + 1 atlas

1 bobina estereográfica (12 pares de fotogr.) : color. + 1 folh.

1 partitura (32 p.) ; 26 cm + 3 cassetes sonoros

1 disco de computador ; 5 1/4 pol. + 1 disco de demonstração + 1 conjunto de notas para o usuário

Acréscimo opcional. Se for usado o método d), e se desejar fornecer maiores detalhes, registre a descrição física do material adicional de acordo com as instruções dos capítulos seguintes.

1 bobina estereográfica (12 pares de fotogr.) : color. + 1 v. (12 p. : il. ; 18 cm)

1 diaf. (70 fotogr.) : color. ; 35 mm + 1 v. (39 p. ; 22 cm)

271 p. : il. ; 21 cm + 1 atlas (95 p. : 85 mapas color. ; 32 cm)

Fonte: AACR2, 2002, p.I- 33-34.

No exemplo acima, nota-se que o indicador “material adicional” apresenta a regra e logo remete a consulta de um item do glossário e no item “c” de registro de “material adicional”, remete o leitor a consultar a regra **1.7B11** que diz respeito a “material adicional e suplementos” e está contida em outra área. No exemplo abaixo, também pode-se ver o mesmo comportamento da norma, onde uma regra indica outra regra para a aplicação.

Figura 3- Exemplo de Indicador com mais de uma regra AACR2 (Categoria Identificação).

1.6B. Título principal da série

1.6B1. Se um item for publicado numa série, transcreva o título principal da série de acordo com as instruções de 1.1B (veja também 12.1B).

Virago modern classics
Great newspapers reprinted

Se o título principal incluir uma numeração como parte integrante do título principal da série, transcreva a numeração como parte do título principal (veja também 1.6G).

Publication #122 of the Social Science Education Consortium
The twenty-sixth L. Ray Buckendale lecture
Cuaderno número G del instituto

1.6B2. Se aparecerem formas diferentes do título da série (com exceção dos títulos equivalentes), escolha como título principal da série o título dado na primeira das fontes prescritas para a área da série. Registre a(s) outra(s) forma(s) na área das notas, se necessário para a identificação do item.

Se o título não aparecer na primeira das fontes de informação prescritas e formas diferentes aparecerem em qualquer outro lugar do item, escolha o título dado nas outras fontes de informação prescritas, na ordem de preferência das fontes (p.ex., se aparecerem formas diferentes na segunda e terceira fontes, escolha aquela que aparece na segunda fonte).

Fonte: AACR2, 2002, p. I- 35.

Enquanto todos os indicadores apresentados pela ISAD (G), apresentam relação apenas com uma regra específica o que torna a descrição mais fácil de compreender e executar.

Figura 4- Exemplo de indicador apresentado pela ISAD (G) (Categoria Acesso e uso).

3.4.1 Condições de acesso

Objetivo:

Fornecer informação sobre o estatuto legal ou outros regulamentos que restrinjam ou afetem o acesso à unidade de descrição.

Regra(s):

Especifique a lei ou estatuto legal, contrato, regulamento ou política que afete o acesso à unidade de descrição. Indique, se for o caso, a duração do período de restrição de acesso e a data em que os documentos poderão ser consultados.

Exemplos:

Unrestricted access, including display rights and consultation rights (*Fundo*)
Canada, York University Archives

Patient records contain private data; records are closed for 50 years from date of creation. Researchers may apply to use these records in accordance with State Archives access statement. (*Série*)
EUA, Minnesota Historical Society

Material restricted by 5 USC 552 (b)(1) - National Security (*Série*)
U.S. National Archives & Records Administration

Material restricted by terms of donor's deed of gift (*Série*)
U.S. National Archives & Records Administration

Use of audio, video, or film materials may require production of viewing copy. (*Fundo*)
EUA, University of North Carolina at Chapel Hill

Fonte: ISAD (G), 2000, p. 36.

A respeito do resultado da categoria “Regras e convenções” este apresentou-se quase nulo, pois a ISAD (G) apresentou apenas um indicador descritivo o qual permite esclarecer ao leitor por qual diretriz a descrição foi elaborada, enquanto o AACR2 cita apenas em sua introdução a relação desta com a ISBD (G) porém quando se buscar um indicador descritivo que apresente a relação entre normas, não há nenhum presente no capítulo analisado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando os resultados deste estudo pode-se perceber que o desenvolvimento das atividades descritivas apresenta pressupostos distintos nas duas áreas, porém que em suas estruturas acabam encontrando um fluxo de trabalho semelhantes. A diferença está em como as áreas lidam com a normalização e o uso das normas.

Considerando que o ato de descrever tanto para a Arquivologia quanto para a Biblioteconomia apresenta a mesma funcionalidade, pois se ocupa em estruturar a ação de representar e permitir o acesso a informação quando este for possível, entende-se que nas duas áreas o processo descritivo apresenta aspectos semelhantes no que diz respeito a etapas de processos.

Entende-se a partir dos referenciais teóricos das duas áreas que as etapas dos dois processos de representação, apesar das diferenças terminológicas e detalhes no entendimento do que é documento, apresentam cada uma uma etapa de identificação do material, uma etapa de classificação, uma etapa de descrição e uma etapa de indexação. Ambas as áreas também por intermédio da atividade de descrição têm como resultado do processo de representação, a elaboração de instrumentos de pesquisa, os quais auxiliarão as questões relacionadas ao acesso à informação.

Além destes pontos comuns, observa-se também pelas leituras realizadas durante a elaboração desta pesquisa que o profissional que irá elaborar as descrições, tanto na Arquivologia quanto na Biblioteconomia, precisa minimamente conhecer o acervo a ser descrito, ter consciência ética e entender bem o seu papel como parte do processo de representação para que as representações alcancem com eficácia o objetivo ao qual se propõem.

Porém, apesar das similaridades encontradas no processo de representação como um todo, sob o olhar das normativas e dos indicadores descritivos nelas encontrados, uma norma se mostra mais criteriosa que a outra e isto acaba por colocar a descrição na área da Biblioteconomia como uma tarefa mais específica e que exige um estudo exaustivo de suas regras para uma aplicação com resultados satisfatórios.

Por meio das categorias elaboradas nesta pesquisa, observou-se que as duas normas apresentam indicadores com sentidos equivalentes no que pode ser entendido como elementos de identificação, de estrutura, de contexto, conteúdo, relacionamento, acesso e uso, notas e temporalidade, apresentando apenas divergência no elemento de regras e convenções.

A existência das equivalências de indicadores que compreendam estes elementos nas duas normativas, mesmo que em quantidades e especificações de materiais diferenciados,

aponta que as duas áreas dialogam tanto no quesito de processos quanto nos parâmetros estruturais de conteúdo a serem aplicados por suas normas descritivas e o que devem transparecer em seus resultados.

A divergência no elemento “regras e convenções” vem a refletir o domínio que o AACR2 apresenta no âmbito da catalogação e que atualmente, no entanto, vem lentamente sendo substituída pelo RDA (*Resource Description and Accesses*). Enquanto no contexto da ISAD (G) há normas complementares a ela e que possibilitam uma relação de complementação ao invés de substituição completa. No uso da ISAD (G) há um pouco mais de liberdade para se fazer descrições, visto que a norma não se coloca como absoluta, mas sim como uma diretriz branda e adaptável.

Vale ressaltar que o intuito desta pesquisa não foi o de comparar as normas para saber qual é melhor ou pior, mas observar se há o diálogo entre as normas de descrição arquivística e de catalogação de bibliotecas no que concerne ao processo descritivo e pode-se afirmar que os objetivos propostos no início deste trabalho foram alcançados e podem contribuir para a melhoria de como as duas áreas veem suas normas.

Apesar de ter-se alcançado os objetivos propostos, quando pensou-se inicialmente no tema desta pesquisa, achou-se que apenas uma análise qualitativa seria suficiente para esgotar o assunto referente a representação em Arquivos e Bibliotecas e seus aspectos descritivos. Porém, com a aproximação da fase final deste trabalho observou-se que este é apenas um *start* para a exploração da temática.

Deste modo, como refinamento dos resultados desta pesquisa propõe-se a aplicação de técnicas estatísticas para quantificar os aspectos abstratos referentes as duas normas, pois a quantificação destes aspectos não foi necessariamente o enfoque desta pesquisa, a mesma teve enfoque nos aspectos qualitativos encontrados.

Como exemplo de análise quantitativa, propõe-se a análise da aplicação das normas observando por meio de questionários a prática da descrição por profissionais que atuam em Bibliotecas e Arquivos para observar o grau de dificuldades na aplicação das normas, quantificando os campos em que se encontram as maiores dificuldades. Também pode-se propor a observação das categorias aqui estabelecidas nas descrições elaboradas a partir das normas AACR2 e ISAD (G), buscando encontrar nestas descrições as categorias e elementos descritivos, quantificando-os para observar quais mais apresentam falhas de aplicação e poderiam ser modificados futuramente.

Outras propostas de trabalhos futuros abordando esta temática seria a análise do possível novo contexto de descrição que a catalogação vem assumindo ao substituir o AACR2 pela

RDA, pois como a mudança de pode-se inferir que novas relações entre RDA e ISAD (G) podem ser estabelecidas e novas perspectivas de descrição podem ser analisadas.

REFERÊNCIAS

- AGANETTE, E. C.; TEIXEIRA, L. M. D.; AGANETTE, K. de J. P. A representação descritiva nas perspectivas do século XXI: um estudo evolutivo dos modelos conceituais. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 22, n.50, p. 176-187, set./dez., 2017
- ALBUQUERQUE, A. C. **Catálogo e descrição de documentos fotográficos em bibliotecas e arquivos**: uma aproximação comparativa dos códigos AACR2 e ISAD (G). Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2006.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, T.H. B. A Indexação e a Arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 21, n. 46, p. 33-44, mai./ago., 2016
- BARROS, T.H. B. A Indexação e a Arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. In: XII Congreso **ISKO** España y II Congreso Isko España- Portugal, 19-20 de noviembre, 2015.
- BARROS, T. H. B; MARTINS, W. R. A informação orgânica enquanto um objeto interdisciplinar: as relações entre a arquivística e a ciência da informação no âmbito da representação em arquivos. **ÁGORA**, ISSN 0103-3557, Florianópolis, v. 25, n. 51, p. 132-149, jul./dez., 2015.
- BARROS, T. H. B.; MORAES, João B. E. Da Classificação Biológica à Classificação Digital: Perspectivas de Renovação em Classificação Arquivística. **Ágora**, p.58-84, 2013.
- BERTOLINI, M. V.; BOTHMANN, R. L.; RODRÍGUEZ, E. E; GALEFFI, A.; MCGARRY, D. Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC). Haia, Holanda, 2016. Disponível em : https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2016-pt.pdf
- BONAL ZAZO, J. L. **La descripción archivística normalizada**: origen, fundamentos, principios y técnicas. EdicionesTrea, 2001.
- BRITTO, A. C. L. **Manifestação de memória individual no arquivo pessoal Dr. José Maria de Souza**. Dissertação (Mestrado) - Universidade da Amazônia, Programa de Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura, 169 f.: il; 21 x 30 cm. 2016.
- CARLAN, E. MEDEIROS, Maria B. B. Sistemas de Organização do Conhecimento na visão da Ciência da Informação. **RICI**: R.Ibero-amer. Ci. Inf., ISSN 1983-5213, Brasília, v. 4, n. 2, p. 53-73, ago./dez. 2011.

COOK, T. Moda absurda ou renascimento profissional: pós- modernismo e a prática de arquivo. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, RJ, v. 2, n.1, p.158-187, jan./jun., 2013.

COOK, T. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012.

DECLARAÇÃO de princípios internacionais de catalogação. Trad. de Lídia Alvarenga e Márcia Milton Vianna. IFLA, 2009.

DURANTI, L. Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria**, n. 35 (spring), p. 47-54, 1993.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **AACR2- Código de Catalogação Anglo-Americano**. Disponível em: <http://www.febab.org.br/aacr2-2/>. Acesso em: 19 jul. 2019.

FOX, M. Por que precisamos de normas. **Acervo**, v. 20, n. 1-2, p. 23-30, 2007.

GUIMARÃES, J. A. C. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental. // **Ibersid**. (2009) 105-117. ISSN 1888-0967.

GONÇALVES, J. **Como classificar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

HEREDIA HERRERA, A. **Archivística general: teoría y práctica**. 5. ed. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1991.

HENSEN, S. L. The First Shall Be First: APPM and its Impact on American Archival Description, **Archivaria** 35 (Spring 1993): 64–70.

ISAD(G): norma geral de descrição arquivística. 2.ed. Rio de Janeiro: Conselho Internacional de Arquivos/Arquivo Nacional, 2000.

LLANES PADRÓN, D. **La Representación normalizada de los documentos**. Estudio comparado de normas de descripción archivística.—Tesis de doctorado dirigida por Manuela Moro Cabero, José Luis Bonal Zazo.--Salamanca: Universidad de Salamanca, 2011.

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. Org: ALVARES, L. São Paulo: B4Editores, p. 21-48, 2012.

MACHADO, E. C.; HELDE, R. R. V.; COUTO, S. D. Ensino de catalogação: da teoria à prática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.3, n.2, p.100-106, jul-dez. 2007.

MARAÑÓN, C. O. Fundamentos de las normas de descripción archivística y bibliotecária. **Biblos**, núm. 53, Julio Santillán Aldana, ed. Lima, Perú, pp. 48-67, 2013.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. Considerações teóricas aligeiradas sobre a catalogação e sua aplicação. InCID: **R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 125-137, 2010.

PEREIRA, A. M.; LAURINDO; D. B. R.; SANTIAGO, S. A. A representação descritiva e temática dos estoques informacionais da bpsc: relato de experiência. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.16, n.1, p. 358-380 jan./jun., 2011.

REDIGOLO, F. M. **O processo de análise de assunto na catalogação de documentos: a perspectiva sociocognitiva do catalogador em contexto de Biblioteca Universitária.** Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010.

RIOS, E. R.; CORDEIRO, R. I. N. Plano de classificação de documentos arquivísticos e a teoria da classificação: uma interlocução entre domínios do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 123-139, 2010.

RODRIGUES, A. M. L. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006

RODRIGUES, G. M. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. In: Georgete Medleg Rodrigues; Ilza Leite Lopes (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação.** Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 210-230.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

SANTA ANNA, J.; CAMPOS, S. de O.; CALMON, M. A. de M. Diferenças e semelhanças entre arquivos e bibliotecas: o profissional da informação em evidência. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 29, n.1, 2015.

SANTOS, C. B.; SILVA, E. P. O acesso e a divulgação de acervos arquivísticos na casa de Oswaldo Cruz. **XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Salvador, 2016.

SANTOS, L. de S.; SILVEIRA, N. C. A representação documentária de coleções especiais: breves considerações sobre os acervos do Rio de Janeiro. **XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 2015. ISSN 2177-3688.

SCHAFER, M. B.; LIMA, E. S. A classificação e a avaliação de documentos: análise de sua aplicação em um sistema de gestão de documentos arquivísticos digitais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.17, n.3, p.137-154, jul./set. 2012.

SCHELLENBERG, T. R. Princípios de Classificação. In: **Arquivos Modernos.** FGV Editora, 2006.

SCHMIDT, C. M. S. O clássico e o pós-moderno: algumas reflexões acerca da Arquivologia a partir do pensamento de Hilary Jenkinson e Terry Cook. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 42-59, jan./jun., 2014.

SILVA, E. P. A trajetória da Arquivologia: três visões sobre os arquivos. **Revista eletrônica Documento/ Monumento**, v. 5, p. 146- 166, 2011.

SIMIONATO, A. C.; ARAKAKI, F. A.; SANTOS, P. L. V. A. C. Descrição em bibliotecas, arquivos, museus e galerias de arte: linkando recursos e comunidades. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 449 – 466, maio/ago., 2017.

SOUSA, R. T. B. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, v. 2, p. 240-269, 2003.

TOGNOLI, N. B.; BARROS, T. H. B. Os processos de representação do conhecimento arquivístico: elementos históricos e conceituais da classificação e descrição. In: **Organização do conhecimento e diversidade cultural** [recurso eletrônico] / José Augusto Chaves Guimarães, Vera Dodebei, organizadores. -- Marília: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2015. p. 94 – 99.

TOGNOLI, N. B.; RODRIGUES, A. C.; GUIMARÃES, J. A. C. Definindo o conhecimento arquivístico: estruturas conceituais. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 24, n. 2, p. 58 – 75, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/>

TOGNOLI, N. B. A representação na arquivística contemporânea. RICI: R.Ibero-amer. **Ci. Inf.**, ISSN 1983-5213, Brasília, v. 5, n. 2, p. 79-92, jul./dez. 2012.

YAKEL, E. Archival Representation. **Archival Science**, n. 3, p. 1-25, 2003.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Pará
Sistema de Bibliotecas

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Autor(a): Glenda da Rocha Monteiro

Afiliação do(a) autor(a): _____
Instituição de vínculo empregatício do(a) autor(a)

CPF: 010.504.742-28 Matrícula: 000201875470010

Telefone: (91) 99831 0696 E-mail: glendasax@yahoo.com.br

Curso/Programa: Mestrado em Ciência da Informação/ Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Orientador(a): Thiago Henrique Bragato Barros

Coorientador(a): _____

Título/Subtítulo: REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS E BIBLIOTECAS: uma reflexão a respeito dos elementos descritivos das Normas ISAD (G) e AACR2.

Data da Defesa: 24 / 03 / 2020

Tipo do documento: () TCC¹ () TCCE² (X) Dissertação () Tese () Artigo Científico () Livro
() Capítulo de livro () Trabalho Apresentado em evento () Outro: _____

Declaro que, para os devidos fins, o presente trabalho é de minha autoria e que estou ciente:

- Dos Artigos 297 a 299 do Código Penal, Decreto-Lei n. 2.848 de 7 de dezembro de 1940;
- Da Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre os Direitos Autorais;
- Do Regimento Interno da Universidade Federal do Pará;
- Da lei 12.527 de novembro de 2011, que trata da Lei de Acesso à Informação;
- Da utilização da licença pública internacional *Creative Commons 4.0*;
- Que plágio consiste na reprodução de obra alheia e submissão da mesma como trabalho próprio ou na inclusão, em trabalho próprio, de idéias, textos, tabelas ou ilustrações transcritos de obras de terceiros sem a devida e correta citação referencial.

Belém, 14 de abril de 2020.

Local e Data

Glenda da Rocha Monteiro

Assinatura do(a) autor(a)



Ministério da Educação
Universidade Federal do Pará
Sistema de Bibliotecas

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO E DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA PARA PUBLICAÇÃO
DIGITAL NO PORTAL INSTITUCIONAL DE ACESSO ABERTO DA UFPA**

1. Tipo de documento: () TCC³ () TCCE⁴ (x) Dissertação () Tese () Artigo Científico () Livro
() Capítulo de Livro () Trabalho Apresentado em evento () Outro: _____

2. Informações sobre a obra:

Autor(a): Glenda da Rocha Monteiro

RG: 6145762 CPF: 010.504.742-28 E-mail: glendasax@yahoo.com.br

Telefone: (91) 99831 0696 Programa: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Orientador(a): Thiago Henrique Bragato barros Coorientador(a): _____

Título do documento: REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS E BIBLIOTECAS: uma reflexão a respeito dos elementos descritivos das Normas ISAD (G) e AACR2.

Data da defesa: 24 / 03 / 2020 Área do Conhecimento (tabela do CNPq): Ciências Sociais Aplicadas/ Ciência da Informação
Área de Concentração (Se Tese ou Dissertação): Gestão da Informação e Organização do Conhecimento

Linha de Pesquisa (Se Tese ou Dissertação): Organização da Informação

Agência de Fomento (se houver): CAPES

3. Informação de disponibilização do documento:

Restrição para publicação: () Total* () Parcial* (x) Sem restrição

Justificativa de restrição total: _____

Em caso de restrição parcial, especifique os capítulos restritos: _____

A partir de qual data esse documento poderá ser disponibilizado: / /

4. Permissões⁵

Permite o uso comercial da obra? () Sim (x) Não

Permitir modificações na obra? () Sim (x) Não

O documento está sujeito a patentes? () Sim (x) Não

5. T&D defendidas fora da instituição

É Tese ou Dissertação defendida fora da UFPA? (x) Sim () Não

Belém, 14 de abril de 2020.

Local e Data

Glenda da Rocha Monteiro

Assinatura do(a) autor(a)

³ Trabalho de Conclusão de Curso em Graduação
⁴ Trabalho de Conclusão de Curso em Especialização
⁵ Creative Commons Internacional 4.0

* Não será disponibilizado, somente após a data informada neste termo, se houver